

CONTEÚDO

NÚMERO 7 | AGOSTO DE 2010

ISSN 1984-4026
Confederação Nacional
dos Trabalhadores em
Estabelecimentos de Ensino
filiada à CUT, CEA, FISE e IE
participa da CTB

Financeirização da Educação

SAIBA COMO A FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO RADICALIZA E APROFUNDA OS PROCESSOS DE MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO PAÍS, COM A INTENSIFICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO LUCRATIVA DO SETOR, A DESNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E A AMEAÇA À SOBERANIA NACIONAL



XIV CONSIND DA CONTEE

FÓRUM DELIBERATIVO DEBATE
CONJUNTURA NACIONAL,
INTERNACIONAL E EDUCACIONAL
E APROVA APOIO OFICIAL DA
CONFEDERAÇÃO À CANDIDATURA
DE DILMA ROUSSEFF

EXPLORAÇÃO INCONSTITUCIONAL

EM ENTREVISTA EXCLUSIVA,
PROFESSOR SAMUEL
NASCIMENTO FALA SOBRE O
PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO FRENTE AO
DIREITO ECONÔMICO

MOVIMENTO FORTELECIDO

PERÍODO PÓS CONFERÊNCIA
NACIONAL DE
COMUNICAÇÃO FORTELECE
MOVIMENTO QUE LUTA
PELA DEMOCRATIZAÇÃO
DA MÍDIA



3 EDITORIAL
O potencial e a complexidade do Brasil

4 EDUCACIONAL - ARTIGO
A política patronal brasileira no setor

10 SOCIAL
Mais políticas para as mulheres e mais mulheres na política

14 SOCIAL - ARTIGO
A esquerda ganha quando soma, une

18 CAPA
O aprofundamento da mercantilização da Educação

24 ENTREVISTA
Samuel Nascimento

32 CURTAS DAS FILIADAS

36 SINDICAL
XIV CONSIND DA CONTEE

40 CURTAS DA CONTEE

46 EM ALTA, EM BAIXA

48 COMUNICAÇÃO
O fortalecimento da luta pós-CONFECOM

Diretoria Executiva

Coordenação Geral: **Madalena Guasco Peixoto**
 Coordenação Regional Sul: **Cássio Filipe Galvão Bessa**
 Coordenação Regional Sudeste: **Francílio Pinto Paes Leme**
 Coordenação Regional Centro-Oeste: **Edson de Paula Lima**
 Coordenação Regional Norte: **José Carlos Padilha Arêas**
 Coordenação Regional Nordeste: **Manoel Henrique Filho**
 Secretária Geral: **Cristina de Castro**
 Secretária de Assuntos Educacionais: **José Thadeu R. de Almeida**
 Secretária de Assuntos Jurídicos: **João Batista da Silveira**
 Secretária de Comunicação Social: **Maria Clotilde Lemos Petta**
 Secretária de Finanças: **José Roberto Torres Machado**
 Secretária de Formação e Políticas Sociais: **Rita Fraga de Almeida Zambon**
 Secretária de Organização e Políticas Sindicais: **Fábio Eduardo Zambon**
 Secretária de Questões de Gênero e Etnia: **Nara Teixeira de Souza**

A reprodução dos textos é autorizada. Agradecemos a citação da fonte.
 Os textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Revista da Contee

A revista CONTEÚDO é uma publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, sob coordenação da Secretaria de Comunicação Social.

conteudo@contee.org.br

Editora e jornalista responsável - **Daniele Moraes** - MTb 50607/SP

Projeto gráfico e diagramação - **Circus Serviços Gráficos**

Direção de Arte - **Vandré Fernandes**

Ilustração - **Daniel Lopes**

Colaboração - **Ariadne de Moraes Cappeiloto**

Tiragem - **3 mil exemplares**

Impressão - **Forma Certa**

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Setor de Rádio e TV - Sul - Quadra 701 - Bloco 2 - Sala 436

Ed. Assis Chateaubriand - CEP 70340-906 - Brasília/DF

Telefones: (61) 3226 1278/ 3223 2194

E-mail: contee@contee.org.br - www.contee.org.br

O potencial e a complexidade do Brasil

O Brasil é de fato um País de contradições. E, como não poderia deixar de ser, isso se confirma no setor educacional. Vivenciamos, neste ano, um dos momentos mais importantes e emblemáticos da história republicana do País – com a realização da 1ª Conferência Nacional de Educação, que aprovou bandeiras históricas e progressistas para o setor. Ao mesmo tempo, enfrentamos o avanço e o aprofundamento do processo de mercantilização do ensino, que passamos a chamar de “financeirização” da educação.

Por isso, nesta edição da CONTEÚDO, vamos tratar desse cenário contraditório e introduzir esse novo conceito em nossas discussões – com uma reportagem que traz dados financeiros e que traça um perfil dos anseios do empresariado da educação superior para o próximo período. Além disso, você poderá conferir uma entrevista exclusiva com o Professor Samuel Nascimento, da PUC-Minas, sobre sua tese de mestrado que sustenta a inconstitucionalidade da exploração lucrativa da educação. Ainda sobre o tema, leia o relato da assessora educacional da CONTEE sobre as atividades e debates promovidos ao longo do ano pelo patronato, com o objetivo de alavancar a rentabilidade de seus “negócios”.

As mais recentes e importantes deliberações da CONTEE, aprovadas em nosso XIV CONSIND, também estão relatadas nas páginas a seguir – com destaque para a participação da Confederação na Conferência Nacional da Classe Trabalhadora e sobre as decisões da entidade frente às eleições de 2010.

Temos ainda matérias sobre inclusão das mulheres nas instâncias de Poder do País e as mais recentes novidades da luta pela democratização da mídia e pela implementação das resoluções aprovadas na Conferência Nacional de Comunicação – realizada ao final de 2009. Não deixe de conferir também as novidades sobre as atividades institucionais desenvolvidas pela CONTEE e suas filiações.

Boa leitura!

Madalena Guasco Peixoto
Coordenadora geral da CONTEE

Sharon Eve Smith





Mercantilização da Educação Superior e

A política patronal brasileira no setor

*Por Aparecida Tiradentes**

O quadro de precarização que vem se desenhando na Educação Superior nos últimos anos é expressão de um projeto internacional de mercantilização desta atividade. A partir da implantação das políticas neoliberais, a Educação, assim como outras atividades de natureza social ou que envolvem direitos fundamentais, como a Saúde, passam a ser consideradas como atividades econômicas de “serviços”, tanto quanto as instituições financeiras e comerciais. Assim consideradas, devem subordinar-se à mesma lógica de bancos ou redes de comércio varejista: corte de custos com vistas à ampliação da margem de lucros. O corte de custos envolve diretamente a força de trabalho em todos os setores submetidos a esta racionalidade e não seria diferente com o magistério. São apresentados ao magistério os mesmos mecanismos de coerção, ameaças, avaliações punitivas, instabilidade, padronização do trabalho

e perseguição de metas inalcançáveis comuns aos demais setores. E as metas são progressivas e inalcançáveis propositalmente, porque o objetivo não é propriamente seu alcance, mas o acionamento do “chicote” da insegurança, o que, segundo esta corrente de gestão do trabalho, seria o melhor elemento motivador da eficiência. A concepção de trabalho como compromisso pessoal e político não passa

pelas mentes dos gestores de negócios, portanto não lhes é possível também supor que o professor possa exercer seu trabalho com responsabilidade e seriedade.

Durante os primeiros anos de política neoliberal no Brasil, ocorreu uma expansão irrefreada da Educação Superior privada e precarização da esfera pública. Atualmente, percebe-se a ampliação das IES públicas e um movimento de “limpeza de terreno” nas IES privadas: fusões, aquisições, enfim, a reestruturação do setor para atuar como “gente grande” no mercado, inclusive no mercado financeiro. Consolidaram-se cerca de 15 grandes grupos educacionais que vem devorando as menores, gerando consequências alarmantes para o magistério e para a qualidade da formação oferecida. A concentração de capital no setor vem acompanhada da financeirização¹ e do deslocamento das esferas de decisão, que não mais se localizam na direção acadêmica da IES, reduzidas a meros prestadores de contas aos acionistas, ao mercado. A Rede Kroton é um exemplo. Seu novo modelo pedagógico não foi apresentado ou discutido em uma reunião da comunidade docente e discente, mas na reunião de “prestação de contas ao mercado”, realizada há poucas semanas, com vistas à apresentação aos acionistas do balanço do primeiro trimestre de 2010 e das perspectivas de recuperação econômica do “negócio”, de valorização das ações na Bolsa de Valores. Ali foi apresentado o novo modelo curricular, a nova gestão do trabalho docente e administrativo, o novo modelo de relacionamento com o “cliente”. Esta prestação de contas ocorre a cada trimestre. As decisões acadêmicas, portanto, orientam-se para o aceite dos acionistas.

No processo de IPO² são contratadas empresas de consultoria encarregadas de formatar o novo currículo ao gosto do mercado “investidor”, pautado na ampliação dos lucros. O coordenador pedagógico perde seu caráter intelectual e político de liderança na construção do projeto pedagógico em conjunto com a comunidade educacional, para reduzir-se a mero “gerente”, executor do modelo e fiscalizador do cumprimento de metas.

A acentuação da subordinação do acadêmico ao finan-

ceiro pela externalização da esfera de decisões que, como visto, desloca-se oficialmente do interior da IES para o mercado, personificado nos “grupos de investimento”, afeta ainda as IES que mantêm outro perfil, como as pequenas e médias ainda não abertas ao mercado de ações, que, compelidas às leis da concorrência, adaptam os modelos acadêmicos do mercado a seus cursos, tanto para acompanhar os modismos pedagógicos, quanto – e sobretudo – com o objetivo de corte de custos.

O quadro de mercantilização e precarização da Educação Superior privada é de extrema gravidade se considerarmos que, segundo o último Censo da Educação Superior do INEP, 90% das IES do Brasil são privadas.

As lideranças do processo de mercantilização a Educação Superior brasileira mostram-se organizadas em torno da ABMES, Associação Brasileira de Mantenedoras da Educação Superior e as associações por segmentos (universidades, faculdades isoladas, centros universitários). Juntas compõem o Fórum Nacional do Ensino Superior Privado, que vem agressivamente atuando junto ao Parlamento (conta com o apoio da Frente Parlamentar em Defesa da Educação Superior Privada, composta por 214 congressistas).

A concepção de trabalho como compromisso pessoal e político não passa pelas mentes dos gestores de negócios, portanto não lhes é possível também supor que o professor possa exercer seu trabalho com responsabilidade e seriedade.

Realizam sistematicamente congresso e seminários, nos quais discutem as políticas para o setor e traçam a agenda para o avanço da mercantilização. O grande “inimigo” do setor tem sido o Ministério da Educação (MEC), que, especialmente através da CONAES/ SINAES (Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior/ Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) vem exibindo louvável rigor nas exigências de cumprimento da legislação por parte de tais “empresas”. Estas exigências têm se tornado importante obstáculo à mercantilização em grau ainda maior do que a que temos assistido. Exemplos como o recente aumento das exigências legais para o credenciamento e reconhecimento dos Centros Universitários e Universidades têm causado furor no ambiente patronal, refratário à implantação de qualquer medida que vise à qualidade acadêmica, como a titulação docente, regime de trabalho, realização de pesquisa científica. Vários seminários patronais nos últimos dois meses têm se dedicado a analisar e criticar tais exigências. Outro foco de inconformismo patronal consiste na criação, pelo MEC, da CONAP (Comissão Nacional

de Acompanhamento e Controle Social do PROUNI), que visa ao cumprimento da legislação referente a este programa, evitando fraudes. No mês de julho de 2010, o MEC anunciou a publicação iminente dos novos Referenciais Curriculares Nacionais para os cursos de Bacharelado e Licenciatura, gerando, mais uma vez, revolta patronal, que se recusa a se submeter a critérios de qualidade.

A CONTEE, como parte integrante da CONAES, na pessoa de sua Coordenadora Geral Madalena Guasco Peixoto, e da CONAP, através da Secretaria de Assuntos Educacionais, atualmente tendo como representante o dirigente Wanderley Quedo, além de outras ações, vem representando significativa força de organização dos trabalhadores na educação no enfrentamento do massacre mercantil da Educação Superior.

Comentamos abaixo os principais eventos patronais realizados nos últimos meses:



Nos dias 6 e 7 de abril realizou-se em São Paulo um seminário sobre internacionalização da Educação Superior promovido pela ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras da Educação Superior), entidade que representa o patronato em nível nacional. Estiveram presentes representantes de grandes universidades privadas dos Estados Unidos, Chile, Espanha, além de empresas de consultoria especializadas na formação dos modelos pedagógicos adequados à lucratividade na esfera transnacional e de grupos como Apollo e Laureate. Do Brasil, destacaram-se os Grupos IBMEC, Anhanguera, Positivo.

O conteúdo do Seminário partiu da “necessidade” de internacionalização do setor, o que requer a padronização pedagógica e o corte de custos, bem como a extinção das “barreiras” do Estado Nacional na Regulamentação e no acompanhamento da qualidade acadêmica. A alternativa ao papel do MEC seria uma agência reguladora do mercado, como vem pleiteando o setor patronal há alguns

anos, com vistas a impor à sociedade um modelo de universidade descomprometido com qualquer outro critério que não seja o lucro. Quanto às barreiras nacionais ao exercício do magistério, a alternativa seria o modelo de “certificação por competências” e a desregulamentação do exercício profissional, ainda ao gosto do mercado. Citou-se como exemplo a Universidade do Hambúrguer, dos Estados Unidos. Destacamos o fato de que se trata de uma universidade corporativa, não acadêmica. Sendo assim, as universidades competiriam globalmente pelos melhores professores, pelos melhores clientes e pelos melhores mercados. Na palestra de abertura, de Liz Reizberg, do Boston College, um dos exemplos citados foi o dos professores que saem da Etiópia para dar aulas na Europa a custos bem menores. Além da recorrente solução pela Educação a Distância, o modelo presencial deveria ser padronizado. Foi citado como bom exemplo o modelo de academias de ginástica da Rede de franquias Curves (aligeirado, padronizado, impessoal).

Palavras de ordem como “Educação como negócio”, “ampliação das fontes de receitas”, “corte de custos”, “Educação como bem privado”, “padronização curricular”, “controle sobre o trabalho da sala de aula” foram exaustivamente repetidos nos dois dias de seminário.

2 No dia 12 de abril o SEMERJ (Sindicato patronal da IES do RJ) realizou um seminário sobre Educação a Distância.

Iniciou-se com a fala do presidente, professor Cândido Mendes, criticando violentamente a ideia de “Educação como bem público”. Solicitou ainda que o setor se mobilize para que seja alterada a Constituição Federal no tocante ao papel da Universidade, já que, em suas palavras, “universidade privada não tem recursos para pesquisa”. O modelo do futuro, segundo o professor Cândido Mendes, é o das universidades corporativas. A falsa noção de qualidade faz com que as IES percam dinheiro (ainda segundo o mesmo palestrante).

Em seguida, os consultores do SEMERJ apresentaram as críticas ao MEC e propostas, resumidas abaixo:

- Mobilização do setor para derrubar o PL da Reforma Universitária;
- Criação da pós-graduação média (on line);
- Ampliação da pós-graduação lato-sensu, aproveitando-se do vazio regulamentador herdado da era Paulo Renato para este nível.
- Oferta de vagas passo a passo aos alunos, e não do curso completo, pois no caso de a IES “descontinuar” o curso, não tem obrigações legais de oferecer ao aluno a oportunidade de conclusão.
- Redução da carga horária de sala de aula para diminuição do custo docente.
- Padronização curricular que permita o maior número de alunos em turma e a possibilidade de fechamento de turmas. Ao longo do semestre com a transferência do aluno de uma turma para outra. Aulas padronizadas: textos, slides, exercícios. Se uma turma ficar pequena, não haverá problema em mudar para outra, pois o trabalho é idêntico.
- Diminuição da exigência do MEC quanto ao equipamento e funcionamento dos pólos de EAD, que é “irreal” (segundo o discurso patronal).

3 Entre 15 e 17 de abril, foi realizado o maior evento patronal anual do país, o Congresso da Educação

A CONTEE vem representando significativa força de organização dos trabalhadores na educação no enfrentamento do massacre mercantil da Educação Superior.

Superior Particular. Foi o III Congresso de uma série iniciada em 2008, após a criação do Fórum Nacional das Entidades Representativas da Educação Superior Particular. Em 2008, o Congresso ocorreu em Recife; em 2009, em Araxá, e em 2010, em Florianópolis. Desta vez, o tema central foi a articulação do setor para a elaboração do novo PNE (Plano Nacional de Educação), que deverá tramitar este ano no Congresso Nacional, tornando-se a principal referência para a educação no Brasil no decênio 2011-2020. O congresso iniciou-se com o “alerta” para que o setor não permita que as “bandeiras aprovadas pela CONAE” sejam as bases do novo PNE, pois não expressariam as necessidades do setor (leia-se mercantilização).

Como nos episódios anteriores, o Congresso resultou em uma carta de intenções a ser tomada como agenda de demandas patronais junto ao MEC, ao governo de modo geral e ao mercado. Os principais pontos da carta de Florianópolis dizem respeito a:

- Fim do modelo Humboldtiano de universidade (pautado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão);

- Atuação na elaboração do PNE defendendo os interesses dos empresários do setor;
- Ampliação da clientela;
- Incluir outros ministérios (mais ligados ao mercado, como MCT, MDIC) na definição e acompanhamento da política educacional (esvaziando assim o papel do MEC, que vem intensificando nos últimos anos o papel de supervisão);
- Incentivo aos cursos mais ágeis como dos de tecnológicos. (Leia-se, que podem ser abertos e fechados ao sabor do mercado, sem compromisso com a manutenção dos contratos docentes, por exemplo);
- Flexibilização curricular (ou seja, flexibilização do Estado para padronização do mercado);
- Campanha na mídia sobre a importância do setor privado;



No dia 28 de abril, foi realizado no Rio de Janeiro, pelas consultorias patronais: Hoper e Sungard, o seminário “Mercado da Educação Superior no quadro dos grandes grupos”. Podemos resumir abaixo as linhas de argumentação e as propostas do seminário:

- O mercado dispõe de 2 bilhões e meio de dólares para o setor, as IES devem preparar-se para serem interessantes ao mercado
- Grupos educacionais: Estácio, Unip, Anhangueira; Kroton; Laureate; Uninove; SEB (recentemente adquirido por um grupo britânico que controla, entre outras atividades, o Jornal Financial Times); Universo; Anima; Uniban; IBMEC; Mauricio de Nassau; CCI; Strayer; ITT; Devry etc;
- Quatro das cinco maiores no Brasil estão sob controle do capital financeiro;
- Remuneração por mérito – desempenho – fim da “carreira docente” em sua face coletiva;
- Certificação profissional alternativa e temporária, a cargo mercado;
- Foco nos resultados;
- Propagação das “melhores práticas”, standardização e ritualização da docência;
- Prêmios e castigos;
- Princípio da competitividade e ranqueamento de docentes e discentes;
- Aulas estruturadas e disponibilizadas;

- Aulas filmadas;
- Prova “colegiada” não preparada nem corrigida pelo docente;
- Combate à “fúria regulatória do MEC”;
- Planos de carreira que contemplem o mérito e não a titulação e antiguidade;
- Substituição de conteúdos educativos por experiências;
- Remuneração diferenciada dentro da mesma IES (pisos diferentes para diferentes cursos);
- Maior redução possível da carga horária. Semana de 3 dias –Anhanguera;

S Mensalmente a ABMES vem realizando seminários onde são discutidas as diretrizes patronais para a Educação Superior.

- Em agosto, o tema foi: “Referenciais curriculares nacionais dos cursos de bacharelado e licenciatura; Alterações nos Instrumentos de Avaliação Institucional Externa, Cursos de Graduação e de Tecnologia”.

Expositores:

Paulo Roberto Wollinger – Diretor de Regulação e Supervisão Desup/SESu/MEC

Celso Frauches – Consultor da ABMES e do Ilape (instituição que assessora as políticas patronais)

Magda Patrícia C. Arantes – Diretora Adjunta de Avaliação da Anhanguera Educacional

Maurício Garcia – Vice-Presidente de Planejamento e Ensino da DeVry Brasil

OBS: Neste evento, o MEC apresentou a proposta dos novos Referenciais e foi duramente criticado pelos demais expositores, especialmente o senhor Celso Frauches.

- Em julho, o tema foi: “Processos Regulatórios das Instituições de Ensino Superior : novos procedimentos para credenciamento e recredenciamento”.

Expositores:

Carmen Luiza da Silva, vice-presidente da ABMES

Antônio Carlos Caruso Ronca, presidente do CNE

Paulo Monteiro Vieira Braga Barone, vice-presidente da Câmara de Educação Superior do CNE .

Antonio Araújo Freitas Júnior, membro da Câmara de Educação Superior do CNE

Milton Linhares, Conselheiro da Câmara de Educação Superior do CNE

OBS: Os representantes do CNE, com exceção do conselheiro Antonio Freitas, que defendeu o “livre mercado”, sustentaram a pertinência de maior exigência nos atos de credenciamento, os dirigentes patronais mostraram-se insatisfeitos

- Em abril e junho, o tema foi: “Plano Nacional de Educação – Subsídios para a elaboração de propostas”

OBS: Nestes seminários, os organismos patronais demonstraram disposição para articular junto ao Parlamento a defesa de um PNE que assegure a marcha da mercantilização. ©

NOTAS:

1 Nos últimos anos as IES vêm ingressando no mercado financeiro, através da abertura de capital, transformando-se em empresas com fins lucrativos subordinadas aos acionistas. Este processo é conhecido como IPO, sigla do inglês para oferta pública inicial de ações.

2 Ver nota anterior

Maira Soares

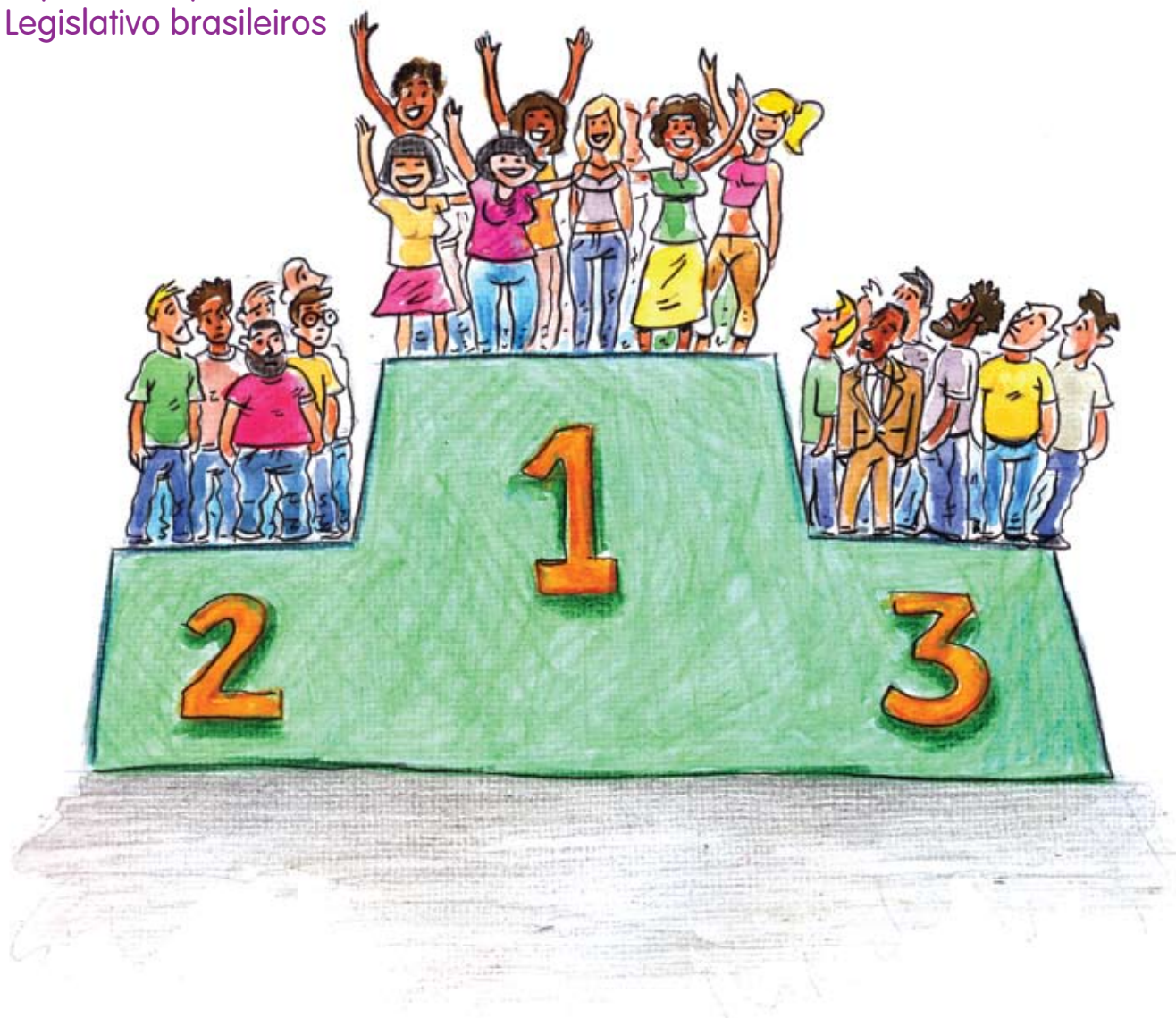


* Aparecida Tiradentes é assessora Educacional da CONTEE e do SINPRO-Rio. Pesquisadora em Educação Profissional da Fiocruz. Doutora em Educação. apsantos@fiocruz.br

Mais políticas para as mulheres e mais mulheres na política

Por Sandra Cruz e Daniele Moraes

Campanha nacional estimula a reflexão e o debate sobre a presença das mulheres nos espaços de poder e decisão no Executivo e Legislativo brasileiros



O voto das mulheres faz bastante diferença nas eleições brasileiras. Atualmente, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), entre os eleitores aptos a votar nas próximas eleições gerais, as mulheres representam 51,82% (70.373.971 votantes), contra 48,07% de homens (65.282.009 votos). Ou seja, o eleitorado feminino já ultrapassa o masculino em mais de 5 milhões de eleitores – uma tendência de crescimento histórica, como mostra a comparação entre as últimas eleições: 50,48% no ano 2000; 50,85% em 2002; 51,21% em 2004; 51,53% em 2006 e 51,73% em 2008.

A região com maior percentual de eleitoras é a Nordeste, com 52,13%. Além disso, apareceu em primeiro lugar no percentual de mulheres candidatas a prefeitas, teve o maior número e o maior percentual de mulheres eleitas vereadoras e elegeu o maior número de prefeitas do País, 230 – maior percentual entre as regiões brasileiras, 12,83%, acima da média nacional que foi de 9,08%. Entre as unidades da federação, as mulheres também são maioria entre o eleitorado, com exceção do Mato Grosso (49,15%), Pará (49,92%), Rondônia (49,69%), Roraima (49,83%) e Tocantins (49,26%). Outro dado interessante é o da escolaridade das eleitoras: 58,15% são concluintes do segundo grau e 57,09% tem ensino superior completo.

Entretanto, a superioridade percentual se reflete em relação às candidaturas. Para tentar mudar essa realidade, volta às ruas a campanha “Mais mulheres no poder. Eu assumo este compromisso”. Lançada em 2008, ela defende que a sociedade brasileira amplie o número mulheres eleitas, transformando o quadro de desigualdade que predomina nos âmbitos legislativos e executivos estaduais, distrital e federal.

Com apoio da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres (SEPM), o Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher divulgaram nova edição da Plataforma pela Igualdade de gênero, racial e étnica. O docu-

mento é baseado nos compromissos firmados no 2º Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e traz sugestões de políticas para as mulheres a serem assumidas por candidatas e candidatos de todos os partidos políticos. O fórum multipartidário é formado por representantes de instâncias de mulheres de 16 legendas: DEM, PCB, PCdoB, PDT, PHS, PMDB, PP, PPS, PR, PRB, PSB, PSDB, PT, PTB, PTN e PV.

Números

O balanço de registros em 2008, divulgado pelo TSE, mostra que a participação feminina na disputa por cargos eletivos é bem abaixo do percentual masculino. De um total de 375.655 registros de candidaturas para cargos nas prefeituras dos municípios brasileiros (prefeito, vice-prefeito e vereadores), apenas 74.837 (20,96%) eram de mulheres.

As mulheres não chegam a 20% nos cargos de maior nível hierárquico no parla-

A presença de uma mulher na Coordenação Geral de uma entidade sindical de âmbito nacional no Brasil, como acontece na CONTEE, ainda é uma exceção – até mesmo entre as entidades progressistas e classistas.



mento, nos governos municipais e estaduais, nas secretarias do primeiro escalão do poder executivo, no judiciário, nos sindicatos e nas reitorias. O quadro de ‘subrepresentação’ é ainda mais grave se olharmos o número de mulheres negras e indígenas – sejam eleitas ou candidatas.

Desafios no mundo do trabalho

A cultura de divisão sexual do trabalho, preconceito e subalternidade ainda dificulta a autonomia e presença feminina nas decisões cruciais à vida em sociedade. E infelizmente essa é realidade está presente também no meio sindical.

Para a Secretária de Gênero e Etnia da CONTEE, Nara Teixeira, a participação das mulheres

na luta sindical ainda está aquém do ideal. “Muitas vezes, a participação das mulheres trabalhadoras nas atividades sindicais é mais complexa, pois elas ainda acumulam e desempenham, em muitos casos sozinhas, as funções profissionais e o cuidado da casa, dos filhos e da família”.

De acordo com a dirigente é preciso que haja um movimento consciente e forte no sentido de atrair as trabalhadoras para a luta sindical, garantindo a elas todas as condições para uma atuação plena e integrada. Nara destaca ainda que “o apoio dos companheiros sindicalistas é importante neste processo, pois a participação feminina nas entidades sindicais, especialmente de educação, é essencial para ampliar a abrangência das nossas lutas e conquistas”.

A presença de uma mulher na Coordenação Geral de uma entidade sindical de âmbito nacional no Brasil, como aconteceu na CONTEE, ainda é uma exceção – até mesmo entre as entidades progressistas e

classistas. Para Madalena Guasco, Coordenadora Geral da entidade, “a participação política das mulheres, em postos de direção, é um avanço primordial para a consolidação da democracia brasileira e para a construção da identidade feminina, enquanto figuras plenas de capacidade e emancipação, que têm muito a contribuir com a construção da sociedade justa e igualitária que tanto desejamos”.

Empoderamento feminino

A diretora de Mulheres da União Nacional dos Estudantes (UNE), Fabíola Paulino, acredita que é fundamental o espaço da “mulher nos espaços de decisão”. Nesse sentido, ela afirma que o período eleitoral é um bom momento para se refletir sobre a dificuldade das mulheres se candidatarem. “É preciso debater a participação da mulher na sociedade ontem e hoje”.

A condição desfavorável em que se encontram as brasileiras é avaliada também pela deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP). “É preciso promover a formação e a capacitação política das mulheres e propiciar-lhes condições objetivas para que possam disputar em igualdade de condições com os homens os espaços de poder”. Cotas referentes aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo gratuito de rádio e televisão dos partidos destinados às mulheres colaborariam no sentido de equilibrar os espaços, opinou Erundina.

Para a estudante

Fabíola, além das cotas de gênero, é importante a garantia de financiamento das candidaturas femininas. E não se trata de votar em uma “mulher simplesmente porque é mulher. Elas é que deverão conduzir o processo de transformação da sociedade, e têm que estar comprometidas com políticas emancipatórias”, defende.

Luiza Erundina, na vida pública desde a década de 1980, resalta que a sociedade brasileira certamente só tem a ganhar com a inclusão feminina na política. “A sociedade passaria a contar com a participação das mulheres nas decisões e na busca de soluções para os graves problemas do país, além de contribuir para elevar o nível de democracia e de civilização no Brasil”, explica. ●

EM 2010, ELAS PODEM DECIDIR

Nas próximas eleições, o processo de feminização da população brasileira merece ainda maior destaque. Segundo artigo do professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE, José Eustáquio Diniz Alves, como as mulheres já superam os homens no eleitorado em praticamente cinco milhões de votos, elas podem, com absoluta certeza, decidir as eleições presidenciais de 2010. “Em 22 anos, as mulheres praticamente dobraram sua força eleitoral, passando de 37 milhões, em outubro de 1988, para 70 milhões, influenciando na decisão do voto e na agenda dos candidatos”.

No ar desde 2008, o site traz mais detalhes da campanha, além de estudos e notícias sobre o tema. Visite: www.maismulheresnoperbrasil.com.br.

A esquerda ganha *quando soma, une*

Por Emir Sader

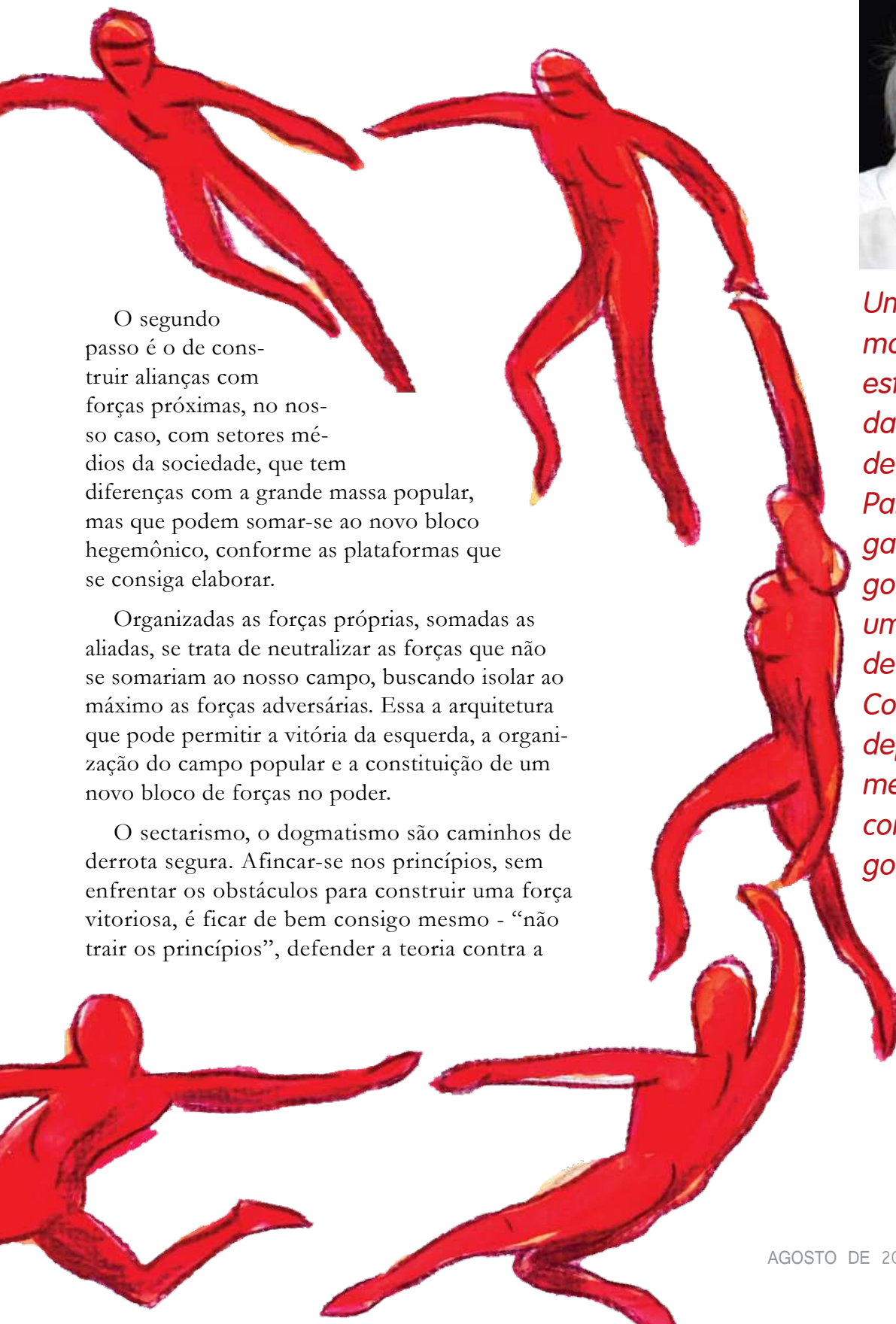
Fidel foi sempre quem mais bateu nessa tecla. Contra os dogmatismos, os sectarismos, os isolacionismos, ele sempre reiterou que “a arte da política é a arte de unificar”, que a esquerda triunfou quando soube ganhar setores mais amplos, quando unificou, quando soube desenvolver políticas de alianças.

Foi assim que os bolcheviques se tornaram maioria, ao apelar aos camponeses para que tomassem as terras, realizando seu sonho secular de terra própria, mesmo se isso parecia estar em contradição com os interesses do proletariado urbano, que se propunha a socializar os meios de produção.

Foi assim na China, com a aliança com setores do empresariado nacional, para expulsar o invasor japonês e realizar a revolução agrária. Foi assim em Cuba, quando Fidel soube unificar a todas as forças antibatistianas para derrubar a ditadura. Foi assim na Nicarágua, com a frente antisomocista organizada pelo sandinismo.

Como se trata de políticas de alianças, é preciso perguntar-nos sobre os limites dessas alianças e como se conquista hegemonia nessas alianças.

A arte da construção de uma estratégia hegemônica está, em primeiro lugar, em organizar solidamente as forças próprias, aquelas interessadas profundamente no projeto de transformações da sociedade. No nosso caso, de superação do neoliberalismo e de construção de uma sociedade justa, solidária, democrática e soberana.



Arquivo pessoal



O segundo passo é o de construir alianças com forças próximas, no nosso caso, com setores médios da sociedade, que tem diferenças com a grande massa popular, mas que podem somar-se ao novo bloco hegemônico, conforme as plataformas que se consiga elaborar.

Organizadas as forças próprias, somadas as aliadas, se trata de neutralizar as forças que não se somariam ao nosso campo, buscando isolar ao máximo as forças adversárias. Essa a arquitetura que pode permitir a vitória da esquerda, a organização do campo popular e a constituição de um novo bloco de forças no poder.

O sectarismo, o dogmatismo são caminhos de derrota segura. Afincar-se nos princípios, sem enfrentar os obstáculos para construir uma força vitoriosa, é ficar de bem consigo mesmo - “não trair os princípios”, defender a teoria contra a

Uma das disputas mais importantes este ano é o da correlação de forças no Parlamento, para garantir para um governo Dilma uma maioria de esquerda no Congresso, com dependência menor ali e na composição do governo.

realidade -, centrar a ação na luta ideológica e não nas necessidades de construção política de uma alternativa vitoriosa. O isolamento e a derrota dessas vias no Brasil é a confirmação dessa tese.

Em uma aliança se perde a hegemonia quando se cede o essencial ao aliado, na verdade um inimigo a que se converte quem concede. FHC aliou-se ao então PFL, não para impor o programa do seu partido, mas para realizar o programa da direita - o neoliberal. Nessa aliança se impôs a hegemonia neoliberal. Uma força que se pretendia social democrata realizou um programa originalmente contraposto à sua natureza.

Lula fez uma aliança ampla - não apenas com o PMDB e outros partidos - mas também com o capital financeiro, mediante a Carta aos brasileiros, o Meirelles no Banco Central e a manutenção do ajuste fiscal e do superávit fiscal, conforme as orientações levadas a

cabo por Palocci. Neutralizou forças adversárias, que ameaçavam desestabilizar a economia, mediante ataque especulativo que já havia dobrado o valor do dólar durante a campanha eleitoral.

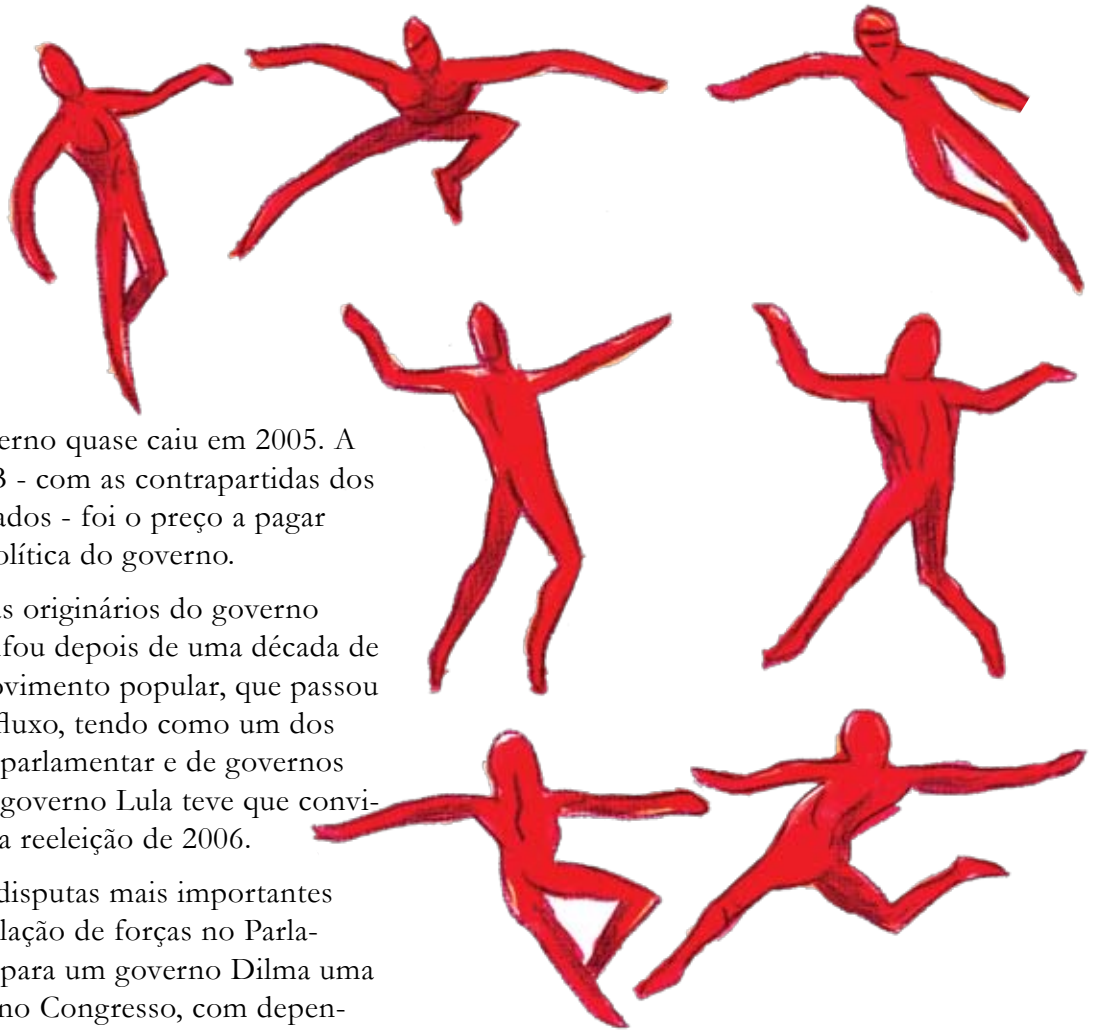
Ao longo do tempo, com as transformações operadas no governo, a hegemonia do projeto original do Lula foi se impondo. O tema do desenvolvimento passou a ser central, com um modelo intrinsecamente vinculado à distribuição de renda, ao mesmo tempo em que a reinserção internacional se consolidou, privilegiando alianças com os governos progressistas da América Latina e com as principais forças do Sul do mundo. O Estado, por sua vez, voltou a ter um papel de indutor do desenvolvimento e de garantia da extensão das políticas sociais.

Os aliados políticos e econômicos continuaram a ter força e a ocupar espaços dentro do governo. A maioria parlamentar do PMDB ficou representada na política do agro negócio, os interesses do setor privado de comunicações, assim como os das FFAA - em três ministérios importantes no governo. Da mesma forma, a centralidade do capital financeiro no neoliberalismo garantiu uma independência de fato do Banco Central.

Esses espaços enfraqueceram a hegemonia do projeto original, mas permitiram sua imposição no essencial. O agronegócio teve contrapontos no Ministério de Desenvolvimento Agrário, a política de comunicações em iniciativas como a TV Brasil e a Conferência Nacional de Comunicações, as FFAA no Plano Nacional dos Direitos Humanos, o Banco Central em ações indutoras sobre a taxa de juros e no papel determinante que políticas com o PAC, o Minha casa, minha vida.

As fronteiras das alianças e a questão da hegemonia provocaram tensões permanentes, pelos equilíbrios instáveis que provocam essas convivências. Mas, como se sabe, sem maioria





no Congresso, o governo quase caiu em 2005. A aliança com o PMDB - com as contrapartidas dos ministérios mencionados - foi o preço a pagar para a estabilidade política do governo.

Um dos problemas originários do governo Lula foi que ele triunfou depois de uma década de ofensiva contra o movimento popular, que passou a uma situação de refluxo, tendo como um dos resultados a minoria parlamentar e de governos estaduais com que o governo Lula teve que conviver, mesmo depois da reeleição de 2006.

Por isso uma das disputas mais importantes este ano é o da correlação de forças no Parlamento, para garantir para um governo Dilma uma maioria de esquerda no Congresso, com dependência menor ali e na composição do governo. Assim se disputam os limites das alianças e a hegemonia.

Diferença fundamental na política de alianças de FHC e de Lula é a questão da hegemonia, da política levada adiante. A prioridade das políticas sociais - que muda a face da sociedade brasileira -, a nova inserção internacional do Brasil, o papel do Estado e das políticas de desenvolvimento - dão o caráter do governo Lula. As alianças devem viabilizar sua centralidade. A correlação de forças das alianças está em jogo nas eleições parlamentares deste ano.

Foi um governo em permanente disputa, com duas etapas claramente delineadas (Veja-se o artigo de Nelson Barbosa no livro “Brasil, entre o passado e o futuro”, organizado pelo Marco Aurélio Garcia e por mim, publicado pela Boitempo e pela Perseu Abramo.), com o ajuste fiscal predominando na primeira, o desenvolvimento econômico e social na segunda.

A coordenação do governo realizada pela Dilma representou exatamente essa segunda fase, de que o seu governo deve ser continuação. O que não significava que as tensões apontadas não permaneçam. Mas elas podem ser enfrentadas numa correlação de forças mais favorável à esquerda e em um marco de uma nova grande derrota da direita, que abre espaço para um avanço estratégico do projeto de construção de uma sociedade justa, solidária, democrática e soberana. ●

Publicado originalmente no blog do Emir

O aprofundamento da *mercantilização da educação*

Com a abertura de capital das Instituições de Educação Superior brasileiras, vivemos atualmente um processo de radicalização e aprofundamento da mercantilização do setor, chamado de “financeirização” da educação. Vamos discutir a seguir: como chegamos até aqui, o que isso representa para o País e como reverter esse cenário.



O avanço dos processos de mercantilização da educação superior no Brasil atinge níveis alarmantes. A entrada das Instituições de Educação Superior (IES) na Bolsa de Valores, através da Oferta Pública Inicial de Ações (IPO), tornou o setor cada dia menos comprometido com a qualidade de ensino e o desenvolvimento nacional, objetivando exclusivamente o lucro de seus “negócios”. A exploração lucrativa da Educação Superior, que preocupa as entidades nacionais de educação, parte das autoridades e muitos trabalhadores e estudantes, está cada dia mais atrativa para os investidores e para o capital especulativo, nacional e internacional.

Existe atualmente no Brasil quatro empresas educacionais negociadas na BM&FBOVESPA. São elas: a Anhanguera Educacional, a Estácio Participações, a Kroton e o Sistema Educacional Brasileiro (SEB) – recentemente vendido para o grupo britânico Pearson – controlador do Jornal inglês Financial Times. Não por acaso, a Anhanguera e a Estácio são hoje as maiores IES privadas do País e, conseqüentemente, tornaram-se os principais conglomerados do setor educacional brasileiro, que ao todo movimentam quase 25 bilhões de reais anuais.

Além da abertura de capital das IES, o processo chamado de “financeirização” da educação se caracteriza pela introdução da gestão corporativa das “empresas” envolvidas, onde a principal referência é dirigida aos seus respectivos acionistas. A administração dos “negócios” se parece cada vez mais com a estruturação das grandes corporações, com a divulgação de resultados restritos a planilhas de custos e comparativos econômicos de lucratividade. A qualidade do ensino, a gestão democrática, os investimentos em pesquisa e extensão, a valorização profissional de docentes e demais trabalhadores, tudo isso se tornou absolutamente secundário. Ou seja, se a “empresa” der lucro, nada mais interessa.

Tal constatação é ratificada, inclusive, pela principal empresa de consultoria no setor educacional empresarial, a HOPER, procurada, segundo

ela mesma divulga, por Instituições de ensino, empresas mantenedoras, grupos educacionais, companhias abertas, bancos e gestoras de investimentos, fundos de private equity, no Brasil e no exterior, “para conhecer e compreender o complexo e promissor mercado da educação privada no Brasil”.

Segundo ela, “um dos grandes desafios da educação superior privada, além da consolidação do número de IES com a conseqüente profissionalização da sua gestão, é a melhoria da qualidade de ensino. Até então, a grande preocupação estratégica das empresas do setor tem sido com a expansão e a profissionalização administrativa, relegando a segundo plano a profissionalização e a qualificação acadêmica”.

O que se tem visto, na lógica da “profissionalização administrativa”, é que se a Instituição não atingir os patamares esperados de lucratividade a solução é automática: redução de custos via demissões, precarização das condi-

Além da abertura de capital das IES, o processo chamado de “financeirização” da educação se caracteriza pela introdução da gestão corporativa das “empresas” envolvidas, onde a principal referência é dirigida aos seus respectivos acionistas.

“A grande preocupação estratégica das empresas do setor tem sido com a expansão e a profissionalização administrativa, relegando a segundo plano a profissionalização e a qualificação acadêmica” (HOPER).

ções de trabalho, utilização indevida de recursos e aulas não-presenciais, entre outras medidas.

Para a assessora de assuntos educacionais da CONTEE, professora Aparecida Tiradentes, “o corte de custos envolve diretamente a força de trabalho em todos os setores submetidos a esta racionalidade e não seria diferente com o magistério. São apresentados ao magistério os mesmos mecanismos de coerção, ameaças, avaliações punitivas, instabilidade, padronização do trabalho e perseguição de metas inalcançáveis comuns aos demais setores. E as metas são progressivas e inalcançáveis propositalmente, porque o objetivo não é propriamente seu alcance, mas o acionamento do “chicote” da insegurança, o que, segundo esta corrente de gestão do trabalho, seria o melhor elemento motivador da eficiência. A concepção de trabalho como compromisso pessoal e político não passa pelas mentes dos gestores de negócios, portanto, não lhes é possível também supor que o professor possa exercer seu trabalho com responsabilidade e seriedade”.

Legado Neoliberal – a era FHC

Como sabemos, a disseminação da ideologia neoliberal foi intensa no Brasil, especialmente durante os anos do Governo Fernando Henrique Cardoso. Com isso, a concepção de que a educação superior pública no País estaria condenada, por sua incapacidade de gestão e elitização, propiciou o ambiente perfeito para a implementação do projeto de privatização do setor, por meio da expansão descontrolada das instituições privados de ensino.

As IES privadas no Brasil foram responsáveis por uma expansão de 394% da oferta de vagas no período 1997-2007 (média de 17,30% ao ano). Um crescimento quase sem precedentes, apenas comparável ao crescimento da oferta de serviços de telecomunicações, após a privatização, e ao crescimento dos serviços financeiros nas décadas de 1980 e 1990 – de acordo com dados da HOPER.

Desta maneira, as políticas adotadas na gestão de Paulo Renato de Souza, no Ministério da Educação, no Governo FHC, têm consequências nefastas e profundas na educação superior brasileira até hoje. E a recente mudança de postura do MEC, ao longo do Governo Lula, frente aos inúmeros benefícios anteriormente existentes, tem desagradado o empresariado. Uma das questões mais combatidas é o que chamam de “furor regulamentador” do Ministério, especialmente no que tange à implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e à atuação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) – na qual a CONTEE é representada pela sua Coordenadora Geral, professora Madalena Guasco Peixoto.

Segundo Madalena, as IES têm buscado todos os artifícios políticos e jurídicos para combater e frear as resoluções da CONAES, especialmente em relação aos indicadores de qualidade, à divulgação de resultados das avaliações e ao conse-

qüente contingenciamento de credenciamentos e autorizações, em função desses mesmos resultados.

Ainda segundo a própria HOPER, existe no País um grande “fosso de qualidade” entre as IES privadas. “Numa avaliação, a partir do Índice Geral de Cursos (IGC) publicado pelo MEC, com aproximadamente 1.300 IES privadas, encontramos IES com 483 de IGC, para a melhor avaliada, e outras com 55 de IGC, para a pior avaliada”.

Outra preocupação das Instituições é com a desaceleração no crescimento da demanda de estudantes. Sendo que essa demanda já atingiu um crescimento de 25% ao ano e, estima-se atualmente que deverá cair para 3%, em média, nos próximos cinco anos. A solução apontada pelo empresariado é simples e previsível. Eles buscam novas alternativas e programas de políticas de “financiamento estudantil, públicas ou privadas, que garantam um aporte maciço de alunos oriundos de famílias com renda inferior a três salários mínimos” (HOPER). Ou seja, querem socor-

ro do Estado para manter a lucratividade de seus “negócios”.

O apetite voraz dos tubarões de ensino

Especialmente na década de 90, diante do crescimento descontrolado do setor privado, surgiram inúmeras pequenas IES espalhadas pelo País que, atualmente, em função da redução da demanda de ingressantes e do fortalecimento econômico das

grandes corporações, vêm sendo engolidas pelo mercado. Tal processo tem originado a formação de grandes conglomerados educacionais – com destaque para as IES que atuam no mercado financeiro.

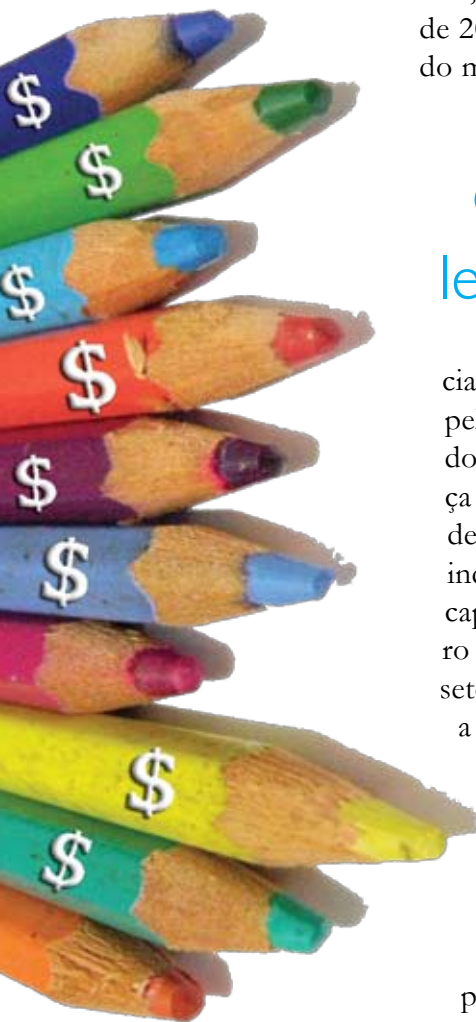
O setor de educação superior privada brasileiro tem mais de 2.000 instituições de ensino pertencentes a pouco mais de 1.600 empresas (mantenedoras), que dividem um bolo de mais de 4 milhões de alunos (contando com o ensino a distância). Há 10 anos, as 20 maiores empresas detinham em torno de 14% do mercado (total de alu-

nos). Atualmente, essas 20 empresas detêm mais de 35% do mercado de educação superior (HOPER).

O marco da aceleração das operações de compra e venda de instituições de ensino foi o IPO da Anhanguera Educacional, em março de 2007. E o esperado para os próximos anos é a efetivação de

O setor de ensino superior privado brasileiro já está próximo de atingir um faturamento anual de 25 bilhões de reais. Tal cifra coloca o setor entre os 10 maiores do país em faturamento e percentual do PIB.*

*“As IES têm buscado todos os artifícios políticos e jurídicos para combater e frear as resoluções da CONAES”
Madalena Guasco Peixoto*



negócios entre os grandes grupos – a partir de grandes fusões ou aquisições. Assim, não deverão resultar mais de 12 grupos educacionais, detendo, até o ano de 2015, mais de 50% do mercado (HOPER).

Gato por lebre

Outra consequência perversa gerada pela financeirização do setor para presença das IES na Bolsa de Valores é a entrada indiscriminada de capital estrangeiro especulativo no setor – promovendo a radicalização dos processos de mercantilização e a desnacionalização da educação brasileira.

A falta de comprometimento com a qualidade, com a formação dos estudantes e com o desenvolvimento nacional se somam, neste ponto, à ameaça à soberania do País.

As instituições, a fim de misturar conceitos para justificar tamanha temeridade, buscam confundir a sociedade afirmando que tais

processos promovem a “internacionalização” do ensino, por meio do intercâmbio de conhecimento entre países. Ledo engano. Há uma diferença muito clara entre a troca de informações e saberes entre estudantes, docentes e, até mesmo, instituições de ensino, e a simples venda de ações das IES para grupos internacionais que, em sua maioria sequer estão envolvidos com a educação. Ou seja, são investidores que buscam apenas nichos lucrativos de mercado para multiplicar seus rendimentos até quando for interessante. Aplicam em educação, como em calçados, construção civil ou alimentos.

Resistência e luta dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino

Além do poderio financeiro assustador em que está inserido o setor privado de educação superior no Brasil, há, evidentemente, o seu potencial político. Desde os primeiros passos em direção à

privatização, os empresários investiram no estabelecimento de relações políticas com o Parlamento brasileiro, a fim de assegurar suas condições de expansão e crescimento. A ponto de existir atualmente no Congresso Nacional uma “Frente Parlamentar em Defesa da Educação Superior Privada”, que conta com a participação de 214 congressistas.

Diante desta realidade, a luta dos trabalhadores em educação, tanto do


Das mais de 2.000 IES privadas existentes hoje, mais de 800, ou 36% delas, surgiram nos últimos 7 anos. A maior parte dessas IES possui menos de 500 alunos.*

setor privado, quando do setor público, assim como as demais entidades ligadas à educação, tem sido de grande resistência. No ano de 2010, os seguimentos que lutam pela regulamentação do setor privado e pela ampliação da qualidade da educação brasileira de modo geral obtiveram importantes vitórias – com a aprovação de bandeiras históricas dos movimentos de educação na Conferência Nacional de Educação (CONAE) – realizada em abril.

A CONTEE, em especial, trabalhou pela inclusão do setor privado de ensino no Sistema Nacional Articulado de Educação – proposta aprovada pela CONAE. “Nós nos organizamos e levamos à Conferência uma delegação representativa e consciente do seu papel. E, com isso, incorporamos na CONAE elementos centrais de nossa luta. Agregamos, por exemplo, questões como: o controle social e a existência de parâmetros de qualidade socialmente referenciada na educação. Além da inclusão do setor privado no Sistema Nacional de Educação”, relembra Madalena Guasco.

A partir de agora, no entanto, começa a parte mais desafiadora desta luta: a implementação das resoluções da CONAE a partir da construção e aprovação no Congresso do novo Plano Nacional de Educação, que deverá valer para o período de 2011 – 2020. A fim de chamar a atenção para esta luta, a CONTEE lançou a terceira fase de sua

Campanha “Educação Não é Mercadoria”, em que destaca a necessidade da constituição do Sistema Nacional Articulado de Educação, com a inclusão do setor privado.

De acordo com Madalena, a CONTEE deliberou ainda, junto à sua diretoria plena, a convocação de um novo Seminário de Educação Superior – ainda sem data definida – que terá o objetivo de atualizar o debate sobre as políticas públicas para a educação superior, tratando também de questões trabalhistas e sindicais – diante do panorama de financeirização do setor privado de ensino superior. 

** Dados da HOPER Consultoria*



A educação não é *livre ao capital privado*

O professor Samuel Pontes do Nascimento, mestre em Direito Público pela PUC Minas, Conselheiro da Fundação Brasileira de Direito Econômico, em entrevista exclusiva à Revista CONTEÚDO, fala sobre a concepção de educação como bem público, a permissividade da exploração lucrativa da educação, a responsabilidade do Estado diante deste processo e afirma que os meios jurídicos não discutiram a questão com a seriedade necessária.



A permissividade em relação à exploração lucrativa é a característica principal do modelo de ensino superior privado em curso no Brasil?

Samuel Nascimento – A questão da lucratividade é realmente a questão central. O que aconteceu foi que a forma jurídica de se prestar o serviço de ensino no Brasil, como um serviço econômico, foi realizada de maneira singular. No ensino superior, nunca se cogitou lucrar com o ensino, porque ele não tem como ser lucrativo. O professor tem que ter os requisitos mínimos como biblioteca, material, assistência educacional, uma boa estrutura física da escola, lazer, educação. Tudo isso, quando se pensa em retorno lucrativo com prestação de serviço, se torna praticamente inviável. O ensino nunca foi lucrativo em nenhum lugar, sempre foi investimento.

Aqui no Brasil quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi aprovada, em 1996, o Artigo 20 falava que as instituições de educação privada seriam classificadas entre: particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas. Portanto, criou-se a categoria sem nenhum

Nenhum dos direitos fundamentais pode ficar sujeito aos interesses lucrativos, de apropriação do capital privado.



Fotos: Mark Florest

grande esclarecimento de como poderia atuar. Era apenas por exclusão, se ela não estivesse na lei de universidades comunitárias, na lei de filantropia ou em relações às instituições religiosas, chamadas de confessionais, conclui-se que é uma entidade particular.

No ano seguinte, o governo federal editou um decreto presidencial esclarecendo o que seriam essas particulares e foi exatamente nesse esclarecimento que entendeu por particulares aquelas entidades que tomassem por forma sociedades comerciais. Isso gerou uma nova possibilidade jurídica, que não se tinha pensado até então. O que é o problema disso tudo? Quando eu digo que pode ser uma sociedade comercial, eu permito que quem administra as receitas e as despesas daquela instituição pode se apropriar dos superávits.

Alguns colégios particulares de ensino médio e fundamental já tinham começado essa prática, mas não se vislumbrava a possibilidade disso no ensino superior. Entretanto, com esse decreto de 1997, o governo federal falou explicitamente que entre as mantenedoras particulares de ensino superior poderia se entender aquelas

que funcionassem como sociedade comercial.

É a partir da distinção de concepção de educação como direito ou serviço que se estabelece o marco para que a exploração comercial avance no setor de educação superior?

Samuel Nascimento – Os professores e pesquisadores da área de educação costumam marcar muito claramente essa distinção entre educação de bem público e educação como serviço. Já para o Direito isso se torna um pouco

mais difícil, porque há uma distinção conceitual de matriz filosófica. Quando se fala em serviço, se fala do que seria uma atividade econômica prestada, diretamente com fins econômicos. Pois bem, no Direito essa diferença entre bem público e serviço é importante na medida em que se percebe o seguinte: se dou à saúde, à educação, à moradia, ao lazer, à previdência, à seguridade social, ao trabalho a natureza de direito fundamental significa que o Estado deve fornecer todos esses bens, garanti-los. Isso é o que o nosso direito constitucional diz. Não interessa se vou precisar de uma escola pública ou ter que pagar à iniciativa privada, através de contratação por licitação, para que se preste o serviço. O importante é que aqueles bens sejam dados a população, porque eles já são direitos garantidos. O que começa a criar uma dificuldade no tratamento como mero serviço é que eu não vejo mais a obrigatoriedade do acesso, apenas disponibilizo ao mercado a exploração daquele serviço. Portanto, se um agente privado vir como uma oportunidade lucrativa, ele investe e eu tenho condições de usufruir; se ele não investe, a gente fica sem possibilidade de acessar aquele direito.

O ensino não deixa de ser serviço, mas ele não é um mero serviço, não é uma mera atividade econômica. Ele é uma atividade econômica necessária para a efetivação do direito fundamental e daí a fundamentabilidade desse

direito e desse serviço. O que a gente enxerga é que nenhum dos direitos fundamentais pode ficar sujeito aos interesses lucrativos, de apropriação do capital privado, porque se o capital privado achar que uma educação de pior qualidade ou desconectada das condições regionais é mais lucrativa, ele vai prestar a educação de pior qualidade e desconectada da realidade, simplesmente por causa dos recursos, porque ele está tratando de educação como um mero serviço de atividade econômica e não como um serviço que instrui para a efetivação de um direito fundamental.

Daí a importância da presença do Estado nesse momento. A importância de você não

No meio jurídico não tem havido discussão sobre o tema com a seriedade necessária.



deixar que o capital privado fique livre para prestar o ensino que quer, cobrar o preço que quer, porque em princípio todos os direitos fundamentais tem que ser fornecidos gratuitamente ou pelo menos compensados, através de outras formas de relações entre o cidadão e o Estado.

No caso do ensino superior, desde a década de 1990, é cada vez mais forte presença do capital privado como principal fornecedor do ensino e sem nenhum critério, porque os critérios que o Ministério da Educação impõe são critérios mínimos de qualidade, não de padrão de qualidade.

A manobra que eles fizeram para poder deixar a educação para a exploração do capital privado foi justamente por meio dessa maquiagem conceitual que se deu ao ensino. Contudo, se eu permito que a iniciativa privada preste este serviço público, ela tem que prestar sobre um forte controle de delegação e não como livre comércio.

Há na Constituição Federal uma lacuna em relação ao papel do Estado quanto à sua responsabilidade sobre esse direito fundamental?

Samuel Nascimento – Não, em minha opinião não há lacuna. Ao contrário. Temos uma grande parte de parlamentares no Congresso Nacional que tenta festejar uma Constituição que prima pela liberdade do comércio da educação. Entretanto, é evidente no serviço constitucional que a educação é um direito fundamental, que tem que ser dada pelo poder público e, quando a iniciativa privada quiser atuar, ela tem que fazer dentro das nuances da regulação pública.

Essas normas de autorização, de supervisão do poder público, não são mera liberdade da iniciativa. Quando a Constituição fala, no Artigo 209, que a educação é livre a iniciativa privada, mas submissa às normatizações do poder público, está querendo dizer que é um serviço livre. Isso porque, antes desse Artigo 209, ela já determinou todas as características da educação. Há toda uma



“Os professores e pesquisadores da área de educação costumam marcar muito claramente a distinção entre educação de bem público e educação como serviço. Já para o Direito isso se torna um pouco mais difícil, porque há uma distinção conceitual de matriz filosófica.”

“É evidente no serviço constitucional



“Estamos colocando esse debate para o meio jurídico para que se chegue a algum consenso mínimo sobre a constitucionalidade ou não desse sistema.”

caracterização desse direito, que não permite a nenhum intérprete dizer que a educação é um serviço livre ao capital privado.

Qual a influência da Organização Mundial do Comércio, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional no processo de privatização do ensino superior brasileiro?

Samuel Nascimento – O processo de atuação da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) é bem integrado. Eles atuam de maneira conjunta. Para tudo aquilo que a OMC pretende realizar, ela busca um apoio do Banco Mundial e do FMI, que, por sua vez, impõem condições para auxiliar nos empréstimos aos Estados nacionais. Nos anos 1990, vivíamos o período da implantação do Real, uma crise monetária e fiscal intensas, e o Brasil que foi buscar, junto a esses órgãos, um auxílio financeiro, empréstimos. E, entre as condições colocadas para que continuássemos recebendo os recursos, existia exatamente essa de apoiar o capital privado na atuação no ensino superior. Era uma condição clara no contrato de empréstimo do Banco Mundial e do FMI. Como eles fazem isso? Com cláusulas mesmo. Exigiam redução de tantos por cento dos gastos com o servidor público, redução de investimento na infraestrutura e colocavam claramente essa condição de liberar o investimento privado em setores educacionais e de saúde. Tudo isso para tentar “limpar” as despesas do Estado e garantir condições de pagamento dos juros desses empréstimos. Foi quando o governo

que a educação é um direito fundamental.”

federal fez toda aquela exploração de que iria incentivar o terceiro setor para assumir os serviços sociais. Na educação foi o surgimento e proliferação de faculdades particulares como empresas e na saúde a intensificação dos planos de saúde.

Em sua tese de mestrado, o senhor afirma que há uma aceitação pacífica do meio jurídico em relação à abertura de capital das instituições de ensino superior na Bolsa de Valores. Por que isso acontece?

Samuel Nascimento – Na verdade, desde quando começaram a surgir essas faculdades particulares, já se aceitou de cara como natural esse processo. Não houve nenhuma grande discussão séria no meio jurídico sobre

o tema. Quando houve essa abertura das empresas como sociedades anônimas à oferta de ações na Bolsa de Valores, se entendeu que isso era uma mera consequência daquilo que já está consolidado e, juridicamente, mais uma vez não houve nenhuma discussão, minimamente séria, sobre o tema. Realmente tratam como sendo uma característica da evolução da administração pública e da prestação e efetivação dos direitos fundamentais, como se não houvesse um vício implícito nisso tudo. Como se não houvesse uma nulidade nos próprios atos jurídicos que permitem, por exemplo, que hoje em dia essas sociedades anônimas que atuam na esfera das grandes instituições educacionais, na sua grande



“O ensino nunca foi lucrativo em

“O primeiro passo é fazer os debates públicos, cobrar das autoridades que decidem nesses aspectos e iniciar uma série de ações judiciais que contestem essas práticas.”



maioria, não tenham nem cadastros no Ministério da Educação. As empresas compram as faculdades, mas não mudam no registro a mantenedora responsável, porque eles estão comprando outras pequenas empresas e, na verdade, se estabelecem grandes holdings educacionais. São mega empresas com capitais internacionais que controlam pequenas empresas nacionais. No meio jurídico, eu afirmo que realmente não tem havido discussão sobre o tema com a seriedade necessária.

O que precisa ser feito para reverter essa perversa e avançada lógica de exploração lucrativa da educação superior?

Samuel Nascimento – O que a gente já consegue advir como primeiro passo é essa Campanha que a CONTEE tem feito e que tem chamado bastante atenção para o centro da questão. O estudante se tornou um consumidor, o professor um fornecedor de um pretensão objeto de consumo e a relação que se estabelece é de mero comércio. A CONTEE já abre um espaço para um debate muito importante. Agora é a partir desse ponto que temos que avançar no sentido de tentar reverter à situação. A primeira medida é trazer para os meios jurídicos o debate sobre a constitucionalidade dos atos jurídicos que permitem essa situação. Até agora não houve nenhuma grande discussão sobre isso. Nem no Consenso Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) nem mesmo em nível de pesquisa jurídicas.

Nós da Fundação Brasileira de Direito Econômico estamos colocando esse debate para o meio jurídico para que se chegue a algum consenso mínimo sobre a constitucionalidade ou não desse sistema, de toda essa montagem que fizeram nesses últimos dez, doze anos. E, depois disso, precisaremos iniciar uma série de ações judiciais

nenhum lugar, sempre foi investimento.”

por parte do Ministério Público, investigando casos particulares de abusos dentro das faculdades particulares e mostrando os desvios que existem na atuação dessas instituições, como: a interferência que as mantenedoras têm praticado sobre as próprias faculdades. Na verdade é um corpo empresarial, que compra uma mantenedora e no dia seguinte começa a interferir no próprio funcionamento da faculdade – o que é inteiramente ilegal, porque são duas Instituições distintas, com estruturas jurídicas e de administração independentes e a única dependência é a transferência de recursos. Não depende como centro de decisão. Então, o primeiro passo é exatamente fazer os debates públicos, cobrar das autoridades que decidem nesses aspectos e iniciar uma série de ações judiciais que contestem essas práticas, a fim de levar essa discussão para o poder judiciário e para as instâncias superiores. ©





Sinpro/BA lança livro e filme sobre histórias de professores

No dia 20 de julho de 2010, o Sinpro/BA realizou um grande evento no Teatro Castro Alves, em Salvador, para lançar o livro *O Trabalho de Professores na Educação Básica na Bahia* e filme *Carregadoras de Sonhos*. Centenas de pessoas compareceram ao evento inédito no Brasil. Pela primeira vez, um livro e um filme mergulham na rotina dos professores e revelam de forma contundente alguns dos vários desafios enfrentados pelos educadores na prática da docência. O livro *O Trabalho de Professores na Educação Básica na Bahia* faz parte de um projeto Nacional da FUNDACENTRO e foi realizado em parceria com o Sinpro/BA. O Filme “*Carregadoras de Sonhos*”, do diretor Deivison Fiuza (o mesmo de *Casa de Anjo*), é uma obra realista e poético que desconstrói qualquer tentativa de maquiar a realidade da educação pública brasileira nos dias de hoje.

4ª Jornada Pedagógica do Sinpro ABC reúne mais de 170 professores

A 4ª edição da Jornada Pedagógica, realizada pelo SINPRO ABC, no dia 30 de junho, reuniu professores da base, com presença maciça da rede Sesi/Senai, em um debate sobre o tema de maior evidência no momento: bullying.

A professora Sandra Lopez esteve à frente da palestra no período da manhã, Cormarie Guimarães Perez, diretora da Fundação Criança de São Bernardo, e Ângela Letícia dos Santos, psicóloga especialista em saúde mental de crianças e adolescentes da Fundação Criança, participaram no período da tarde. Situações de bullying e relatos pessoais dos docentes presentes deram ritmo às discussões.



4ª Jornada Pedagógica do Sinpro ABC debate o bullying nas escolas



Escola de tempo Integral foi tema da atividade realizada em Campinas/SP

I Fórum Regional dos Professores do Sesi aprova a Carta de Campinas

A cidade de Campinas recebeu, no dia 12 de junho, o I Fórum Regional dos Professores do Sesi para um debate sob o tema “Escola de tempo Integral - desafios e perspectivas”. A atividade, organizada pela professora Conceição Aparecida Fornasari, foi promovida pelos Sindicatos dos Professores de Campinas e Região, Guapira, Valinhos e Vinhedo, com o apoio dos Sinpros Jaú e Vales, e aprovou a Carta de Campinas.

Entre as considerações formuladas e aprovadas no documento, destaca-se o dado de que “no Brasil, a permanência dos alunos na escola é uma das menores do mundo, ficando entre 03 e 04 horas diárias”. Além da necessidade de que “a educação integral deve ser tratada como desenvolvimento do educando em sua integralidade, envolvendo todas as dimensões, com uma formação mais completa ao ser humano, em que se incluam os conhecimentos gerais, a cultura, as artes, a saúde, os esportes e o trabalho”.

Em suas considerações finais, a Carta afirma que “a educação integral precisa ser compreendida para além do direito à aprendizagem, para “além do capital”, como uma ampliação de oportunidades e situações que promovam aprendizagens significativas e emancipadoras e que tratem o professor e a professora como trabalhadores inseridos num mundo que aponta a cada dia a necessidade de um desenvolvimento nacional que contribua para sua transformação rumo a uma sociedade mais justa e mais igualitária”.

SINAAE/JF assegura volta ao trabalho de dirigente sindical



Após três anos de luta, José Fernandes (à direita) retornou às suas atividades. Na foto, acompanhado do advogado Eduardo Amorim.

O dirigente sindical, José Fernandes de Oliveira, retornou às suas atividades no Colégio dos Jesuítas, no último dia 26 de maio, após decisão favorável do TST (Tribunal Superior do Trabalho), em ação impetrada pelo SINAAE/JF, garantindo-lhe reintegração ao trabalho. Ele terá todos os seus direitos assegurados, como volta ao trabalho na mesma função, com igual salário, e direitos trabalhistas de todo o período de afastamento que durou quase três anos.

O sindicalista foi demitido arbitrariamente e ilegalmente, em 13 de julho de 2007. Mesmo após várias manifestações contra a demissão, promovidas pelo Sindicato, a escola não reverteu a decisão e o SINAAE/JF entrou imediatamente com uma ação na justiça. A decisão judicial é uma resposta do Sindicato à retaliação dos Jesuítas, que fracassou mais uma vez ao tentar inibir o direito do trabalhador de participar das lutas da categoria e do movimento sindical.

10º Congresso do Sinpro-Rio debate conjuntura educacional brasileira



A análise da conjuntura educacional brasileira será o tema do 10º Congresso do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (10º Consinpro), a ser realizado no Rio de Janeiro, nos dias 16, 17 e 18 de setembro, no Colégio Pedro II, em São Cristóvão.

A abordagem do evento é seu grande destaque: ela tratará do Plano Nacional de Educação (PNE: 2011-20) e da Conferência Nacional de Educação (Conae); atentando especialmente para o Sistema Nacional de Educação (SNE). Também serão debatidas

as teses apresentadas pelos participantes, até o dia 27 de agosto, entre outros temas descritos em edital. Poderá participar do Congresso um delegado por estabelecimento de ensino. Além deste, um delegado para cada 50 professores, nos locais que tenham até 100 docentes; e mais um para cada 100 professores, nos estabelecimentos com mais de 100 educadores.

No fim de semana anterior ao Congresso, os filiados ao sindicato terão uma prévia do que será apresentado no 10º Consinpro. O Sindicato realizará, em sua sede, um Seminário onde esses temas começarão a ser discutidos. Informe-se em: www.sinpro-rio.org.br

Sinpro Minas comemora 30 anos de sindicalismo classista

Em 2010, o Sindicato dos Professores de Minas Gerais comemora três décadas de sindicalismo classista. Uma trajetória de conquistas e desafios, que vai desde a resistência à ditadura e às políticas neoliberais à luta pela construção da democracia no país, pelo desenvolvimento da educação e pelas condições de vida e trabalho dos professores. Desde 1980, o Sinpro tem encaminhado as reivindicações específicas da categoria associadas à luta geral dos trabalhadores brasileiros. Para lembrar a data, o sindicato lançou uma edição especial do jornal Extra-Classe, que traz uma breve retrospectiva desse período. Em novo formato, o jornal ampliou as pautas sobre educação, cultura, trabalho, além de abordar as ações do sindicato. Acesse o jornal em www.sinprominas.org.br e conheça um pouco dessa história.

SINPRO-PE: Projeto Laboratório abre novo espaço para o desenvolvimento da crítica



Sinpro-PE patrocina projeto de crítica literária

É inegável a importância que tem o senso crítico na formação do cidadão. O debate de ideias é essencial para a construção desse senso e é importante desenvolver iniciativas que fomentem seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o professor tem um papel crucial em todo esse processo, tendo em mente os novos desafios da educação formativa.

Com essas questões em mente, o SINPRO-PE começou o ano de 2010 patrocinando o projeto Laboratório, um talk show ao vivo sobre crítica literária e crítica de teatro que visa criar justamente esse espaço para o exercício da crítica. O projeto é iniciativa de um grupo de escritores e críticos literários, entre eles Jomard Muniz de Britto, Cristiano Ramos, Cristhiano Aguiar e Bruno Piffardini. Idealizado por Wellington de

Melo, o projeto tem uma duração de seis edições mensais e é uma parceria com o programa de extensão da Universidade Federal de Pernambuco

As edições do Laboratório acontecem no Teatro Hermilo Borba Filho (Rua do Apolo, 150, Bairro do Recife), sempre às segundas-terças-feiras de cada mês a partir das 19h, entre abril e setembro de 2010. Graças à parceria firmada com a Universidade Federal de Pernambuco, os professores filiados ao Sinpro-PE receberam certificados do programa de extensão da instituição. “Creio que é um passo importante para os sindicatos fortalecerem seu papel como fomentadores de cultura e formação continuada”, afirma Wellington de Melo, que também faz parte da comissão de Comunicação e Cultura do SINPRO-PE. Os encontros são transmitidos ao vivo via Twitter (<http://twitter.com/olaboratorio>), siga!

XIV CONSIND da CONTEE

Enio Fernandes



Confederação aprova resoluções *sobre educação e conjuntura*

O XIV Conselho Sindical da CONTEE reuniu representantes de entidades filiadas de todo o Brasil para debater sobre a conjuntura nacional, internacional e educacional e sobre as decisões da Confederação frente às eleições de 2010.

O XIV Conselho Sindical da CONTEE aconteceu em São Paulo, nos dias 29 e 30 de maio, nas dependências do Hotel Quality Inn Congonhas, e às vésperas da realização da Assembleia dos Movimentos Sociais e da II Conferência Nacional da Classe Trabalhadora.

A atividade deliberativa de maior relevância entre um Congresso e outro da Confederação reuniu representantes de entidades filiadas de todo o Brasil para debater sobre a conjuntura nacional, internacional e educacional e deliberar sobre a posição da CONTEE frente à plataforma eleitoral de 2010.

Na abertura da atividade, a professora Madalena Guasco Peixoto, Coordenadora geral da CONTEE, falou sobre a responsabilidade política da entidade em relação à posição dos trabalhadores nas eleições 2010. “Vivemos hoje um novo patamar, que coloca para os trabalhadores a necessidade de maior agressividade na exigência da continuidade de um projeto de desenvolvimento, exigindo agora que ele se tenha mais a nossa cara”, disse.

Em seguida, aconteceu o debate sobre conjuntura nacional e internacional, no qual foi apresentado e comentado o texto proposto pela direção da Confederação com uma análise aprofundada e propostas de resolução sobre os temas.

A mesa de conjuntura foi coordenada pelo Secretário de Finanças da CONTEE, José Roberto Torres, e composta pela Secretária de Comunicação Social, Maria Clotilde Lemos Petta; pelo Coordenador Regional sudeste, Francílio Paes Leme; e pelo Coordenador Regional sul, Cássio Bessa.

De acordo com a professora Maria Clotilde, “a crise financeira internacional abre oportunidades e coloca novas possibilidades para os movimentos sociais, ao expor as fragilidades do sistema capitalista neoliberal”. Com isso, avalia, “o Estado volta ser o grande instrumento de desenvolvimento para o

País. A questão colocada hoje é qual tipo de desenvolvimento? Para quem e para o quê? E o movimento social deve entrar nesse debate como protagonista, apresentando o seu projeto”.

Para Francílio Paes Leme, as mudanças nas relações entre os movimentos sociais e o governo federal no último período foram muito positivas. “Ainda que com limitações”,

NOVA FASE DA CAMPANHA “EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA”

O XIV CONSIND da CONTEE marcou lançamento da 3ª fase da Campanha “Educação Não é Mercadoria”. A nova fase está centralizada no apoio da CONTEE à criação do Sistema Nacional de Educação, especialmente, frente à inclusão do setor privado de educação no Sistema. Com o slogan: “É bom para a educação, é bom para o Brasil. Diga sim ao Sistema Nacional de Educação”, as peças apresentam, com humor e ironia, os desafios que se colocam nesta luta. O material estará disponível para download no Portal da CONTEE.

XIV CONSIND aprova apoio oficial à Dilma Rousseff

Foi durante a realização do seu XIV Conselho Sindical que a CONTEE definiu apoio oficial da entidade à candidatura de Dilma Rousseff à Presidência da República do Brasil. A definição foi fruto da convicção da Confederação de que a melhor resposta para a complexidade do momento político brasileiro é a defesa de um projeto de nação com desenvolvimento econômico, democrático e social com valorização do trabalho, emprego, geração de renda e a defesa dos direitos da classe trabalhadora, com a participação da sociedade no controle as diversas esferas econômicas e sociais. E a entidade identifica na candidatura e no projeto de governo de Dilma características que avançam nesse sentido.

afirmou. Já as mudanças financeiras ainda não alcançaram as demandas dos movimentos sociais, acredita. “Não há democracia sem que se eliminem as diferenças sociais”, disse.

Para o Coordenador sul da CONTEE, “não podemos ter dúvida do que representa esse momento eleitoral”. E finalizou: “nossa candidatura é Dilma, para poder avançar na democracia e nas conquistas dos movimentos sociais”.

A Mesa que debateu a conjuntura educacional brasileira reuniu a Coordenadora geral da entidade, Madalena Guasco Peixoto; o Coordenador Regional Centro-Oeste, Edson de Paula Lima; e os diretores e membros da Secretaria de Assuntos Educacionais: Lavínia Rosa Rodrigues, Reginaldo Meloni e Wanderley Quedo.

Segundo Madalena, “não é possível pensar em educação sem pensar em um projeto de desenvolvimento”. E nesse sentido destacou a histórica realização

da CONAE, em que a CONTEE participou de forma muito ativa, com reconhecimento, inclusive, da Comissão Nacional Organizadora. Em relação à plataforma eleitoral para 2010, Madalena disse que “temos que exigir que os candidatos se comprometam com as plataformas da Conferência”.

A Coordenadora geral enfatizou a importância da contribuição da CONTEE, uma vez que foi a partir da luta da entidade que a necessidade de regulação e regulamentação do setor privado passou a ser compreendida como fator essencial na melhoria da qualidade e da oferta de educação no Brasil.


CONTEE MULTIMÍDIA

O XIV CONSIND marcou ainda uma nova etapa na comunicação da CONTEE, inaugurando a transmissão ao vivo, pela internet, das atividades institucionais da Confederação. A experiência foi um sucesso e deve ser incorporada a partir de agora nas grandes atividades da entidade.

Durante CONSIND, foi apresentado também o novo projeto da comunicação da CONTEE: a TV CONTEE Online – um programa de TV na web, que exibirá novos e exclusivos conteúdos institucionais multimídia, além da cobertura das principais atividades e lutas da Confederação.

Para assistir à TV CONTEE Online, basta acessar: www.contee.org.br/tvcontee

Com destaque para as questões que dizem respeito à educação superior, uma vez que no País 75% das matrículas neste seguimento estão no setor privado. “Por isso, a CONTEE tem um papel político fundamental nesse processo”, acredita.

Ao final do XIV CONSIND, os participantes aprovaram as resoluções sobre conjuntura nacional e internacional e conjuntura educacional. Os documentos estão disponíveis para consulta no Portal da CONTEE: www.contee.org.br 

CONCLAT REÚNE 30 MIL TRABALHADORES EM SP

A classe trabalhadora brasileira viveu em 1º de junho um dos dias mais importantes de sua história. E o palco desta realização foi o Estádio do Pacaembu, em São Paulo, que reuniu aproximadamente 30 mil trabalhadores e trabalhadoras de todo o país durante a II Conferência Nacional da Classe Trabalhadora.

Unidas: CTB, Força Sindical, Nova Central, CGTB e CUT demonstraram para a sociedade brasileira a capacidade de articulação das centrais sindicais do Brasil, ao organizar um evento de tamanha magnitude e importância, capaz de aprovar, em uma grande Assembleia, a Agenda da Classe Trabalhadora, com vistas a um projeto nacional de desenvolvimento com soberania e valorização do trabalho. E como não poderia deixar de ser, a CONTEE levou sua delegação e participou da atividade.

*“Não é possível pensar em educação sem pensar em um projeto de desenvolvimento. Temos que exigir que os candidatos se comprometam com as plataformas da Conferência Nacional de Educação”
Madalena Guasco Peixoto*

Daniele Moraes



Delegação da CONTEE participa da CONCLAT em São Paulo

CONTEE participa de Seminário Internacional de Educação em SP

Aconteceu em São Paulo, entre 17 e 19 de maio, o 1º Seminário: Education, Well Being and the Emergent Economies of Brazil, Russia and South Africa, realizado na PUC/SP e promovido pelo Grupo Inclusão de Linguística em Cenários de Atividades Educacionais (ILCAE), FAFICLA, Departamento de Inglês e Programa de LAEL (Linha Linguagem e Educação). O evento discutiu a Educação, Bem Estar Social e Inclusão em articulação com as Políticas Públicas em países de economia emergente.

A tividade envolveu pesquisadores da Universidade de Bath (Reino Unido), Universidade

de Moscou, Universidade da Cidade do Cabo e da PUC/SP. Entre os participantes esteve a Coordenadora Geral da CONTEE, Madalena Guasco Peixoto, que falou sobre a realização da Conferência Nacional de Educação e suas deliberações. A professora afirmou que, “com a crise do capitalismo e do projeto neoliberal, abriu-se concretamente a possibilidade, pela primeira vez em nossa história, de realizarmos uma ampla reforma da educação, vinculado essa reforma a um novo projeto de desenvolvimento nacional”

Para Madalena, o crescimento atingido pelo Brasil, mesmo mantendo os traços fundamentais da política macroeconômica, e os programas de distribuição de renda, implementados no governo Lula, se esgotarão se a educação não for colocada na centralidade das ações políticas. “Não é à toa, inclusive, que parte do empresariado está preocupado com os rumos da educação brasileira”, ressaltou. A coordenadora geral da CONTEE abordou ainda os riscos do fenômeno da desnacionalização da educação superior no Brasil.





Posse no Observatório Brasil da Igualdade de Gênero

A CONTEE tomou posse, no dia 20/05, no Conselho Consultivo do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero – órgão ligado à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SEPM/PR. O Observatório, em parceria com outras instituições públicas e com organismos internacionais e organizações da sociedade civil, pretende dar visibilidade e fortalecer as ações do Estado brasileiro para a promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres.

A Secretária de Gênero e Etnia da CONTEE, Nara Teixeira de Souza, assumiu como Conselheira Efetiva e, Cristina Castro, Secretária Geral da entidade, como Suplente. Segundo Nara, é de grande importância a participação da CONTEE neste Conselho. A dirigente espera poder contribuir no monitoramento do foco temático de 2010-2011: Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho.

Coordenação Sudeste e FETEERJ realizam seminário sobre EAD

A Coordenação Sudeste da CONTEE e a Federação dos Trabalhadores em Educação do Estado do Rio de Janeiro (FETEERJ) realizaram, no dia 22/05, na sede do Sinpro-Rio, o seu 1º Seminário de Educação a Distância, que recebeu dirigentes da Confederação e representantes de Sindicatos de toda a região.

A professora Aparecida Tiradentes, assessora do Sinpro-Rio e da CONTEE participou da mesa “Bases Filosóficas da Educação a Distância”, e citou o pensamento do cientista norte-americano Burrhus Frederic Skinner (1904-1990) com sua crença na possibilidade de controlar e moldar o comportamento humano e no uso de aparatos tecnológicos. Outro ponto de destaque do Seminário foi a apresentação da professora Magna Corrêa, coordenadora da Comissão Educação Superior do Sinpro-Rio.

De acordo com Magna, o Ensino a Distância gerou demissões em massa, redução salarial, acúmulo de funções, descumprimento das leis trabalhistas e redução da grade curricular. A professora exibiu dois vídeos de protestos de alunos: na Faculdade Pitágoras, em Belo Horizonte, e na Faculdade Integrada do Recife. Em BH, os estudantes diziam: “queremos professor e não televisor”.

VII Seminário de Campanha Salarial debate saúde e atividades extraclasses

Danièle Moraes



Representantes das entidades filiadas à CONTEE avaliam as Campanhas Salariais 2010

A questão da saúde dos trabalhadores do setor privado de ensino, de atividades desenvolvidas extraclasses pelos docentes, especialmente em função dos novos recursos tecnológicos, e a limitação de estudantes por turma estiveram entre os principais temas abordados durante o VII Seminário de Campanha e Negociação Salarial da CONTEE, ocorrido em São Paulo/SP, no dia 11/06.

Aproximadamente 40 representantes das entidades filiadas à Confederação participaram da atividade que, na parte da manhã, contou com uma avaliação geral das negociações coletivas de 2010. De modo geral, os relatos evidenciaram a dificuldade nas rodadas de negociação, em função da intransigência do patronato. Em 2010, a inclusão de cláusulas referentes a questões de saúde dos trabalhadores, a tentativa de estabelecimento de limitação do número de estudantes por turma e as discussões sobre as atividades extraclasses – especialmente com o advento das

novas tecnologias – mereceram destaque.

Segundo Fabio Zambon, Secretário de Organização e Política Sindical da CONTEE, a avaliação das campanhas salariais é sempre um processo muito importante, pois promove a troca de informações sobre a luta sindical, a socialização de dados sobre os entraves enfrentados e as vitórias alcançadas. “Assim, os sindicatos podem conhecer a realidade nacional da luta dos trabalhadores do setor privado de ensino e, com isso, fortalecer suas reivindicações e encontrar novos caminhos para o avanço de conquistas para as categorias”.

No período da tarde, as discussões giraram em torno de propostas para o estabelecimento de pautas unificadas – assim como aconteceu em 2010 em relação à saúde do trabalhador – a serem adotadas pelo conjunto das entidades filiadas à Confederação nas negociações coletivas do próximo ano.

Presença no Iº Seminário 'Um Projeto de Educação para o Brasil'

Diretores da Confederação participaram do I Seminário 'Um Projeto de Educação para Brasil', organizado pelo PROIFES - Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Federal, nos dias 21 e 22/05, em São Paulo/SP. A CONTEE foi representada na ocasião por sua Secretária de Comunicação Social, Maria Clotilde Lemos Petta, e pela diretora e membro da Secretaria de Assuntos Educacionais da entidade, Lavínia Rosa Rodrigues.

Durante o Seminário, foi feita uma avaliação sobre a Conferência Nacional de Educação (CONAE), concluindo-se que houve avanços significativos no texto final. As entidades presentes foram unânimes em considerar fundamental a união de esforços para atuação no Congresso Nacional, quando da tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE), a fim de consolidar e ampliar esses avanços.

Em sua exposição, a Secretária de Comunicação Social da CONTEE destacou a importância do conteúdo aprovado na Conferência, em especial a inclusão do setor privado de ensino no Sistema Nacional Articulado de Educação. Outra questão relevante, apontada por Clotilde foi a “necessidade de articulação das entidades nacionais para a garantia da implementação das resoluções da CONAE”.

Rui Jorge Correia Sintra



Seminário discute sobre “um projeto de educação para o Brasil”

Argentina: II Reunião Latino Americana de Organizações Sindicais de Educação Superior

Com a participação das delegações dos sindicatos da educação superior do Brasil, Argentina, Chile, México, Uruguai, Colômbia, Peru, República Dominicana e Nicarágua, aconteceu, no dia 17/07, em Buenos Aires, na Argentina, a II Reunião Latino Americana de Organizações Sindicais de Educação Superior. A CONTEE participou da atividade, sendo representada pela Secretária de Comunicação Social da entidade, Maria Clotilde Lemos Petta. Completaram a delegação brasileira: diretores do Proifres e representantes de diversas associações de docentes de Universidades federais brasileiras.

Realizado na sede da Federação Nacional de Docentes Universitários (CONADU) da Argentina, o encontro foi organizado no marco das atividades desenvolvidas pela Internacional da Educação para América Latina (IEAL), com o objetivo de promover um espaço de integração sindical latino Americano dos trabalhadores docentes universitários. A CONTEE contribuiu para o desenvolvimento deste II Encontro por meio de um relatório sobre a problemática da educação superior do Brasil – apresentado por Maria Clotilde.

De acordo com o discutido na atividade, a análise sobre os diferentes contextos em que se desenvolvem os processos de construção sindical no conjunto dos países participantes revela a qualidade da educação, a realidade da universidade pública e privadas, temas de debate comuns fortemente atravessados pelas particularidades históricas, econômicas e culturais de cada região. Esta heterogeneidade deve ser considerada na elaboração de políticas de reconstrução do estado no sentido de superar o programa das políticas neoliberais implementado na América Latina durante os anos 90.

III ESNA reafirma unidade classista

Arquivo CONTEE



Delegação brasileira participa da III ESNA na Venezuela

A cidade de Caracas, capital da Venezuela, sediou, em julho, a terceira edição do Encontro Sindical Nossa América (ESNA), que recebeu cerca de 300 delegados internacionais – vindos de 28 países – juntamente com 200 delegados venezuelanos. Após três dias de debates, os participantes do Encontro aprovaram por unanimidade o Manifesto de Caracas – documento político que reafirmou a unidade da classe trabalhadora como estratégia de ação fundamental para o sindicalismo do continente.

O Manifesto convoca todos os trabalhadores e trabalhadoras da região a aprofundar sua resistência diante da atual conjuntura, de modo a construir sua própria emancipação e iniciar uma nova fase que seja ofensiva e na direção de uma sociedade sem explorados e exploradores. Leia o documento na íntegra no Portal da CONTEE (www.contee.org.br).

A CONTEE participou da atividade, sendo representada pelo seu Coordenador Regional Norte, José Carlos Areas, e pelo Coordenador Regional Centro-Oeste, Edson de Paula Lima. Além deles, prestigiaram o Encontro diversos outros diretores e dirigentes de entidades filiadas à Confederação.

XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe

Aconteceu nos dias 13 a 16/07, em Brasília-DF, a XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe - um órgão subsidiário da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), convocado para identificar as necessidades regionais e sub-regionais das mulheres, apresentar recomendações, realizar avaliações periódicas das atividades realizadas em cumprimento dos acordos e planos regionais e internacionais sobre o tema, e proporcionar um fórum para o debate sobre estes assuntos.

Neste ano, o tema central da Conferência foi “O Papel do Estado: Desenvolvimento Econômico das Mulheres depois de 1995 e nas conferências regionais”. Participaram do evento, cerca de 800 pessoas de 53 países diferentes, entre Chefes de Estado, autoridades ministeriais, representantes de organismos internacionais e da sociedade civil. A CONTEE foi representada na atividade por sua Secretária de Gênero e Etnia, Nara Teixeira.

Na atividade, a Cepal apresentou uma compilação inédita de dados reunidos num documento, de 93 páginas, com o título: “Que tipo de Estado? Que tipo de Igualdade?”. O estudo traz um olhar regional comparativo, sobre as conquistas e os desafios dos governos da região. Os principais temas abordados no relatório são: trabalho, autonomia, igualdade de gênero, educação, cotas nas eleições, entre outros.

Arquivo CONTEE



Secretária de Gênero e Etnia da CONTEE, Nara Teixeira, representa entidade na atividade em Brasília/DF

Seminário internacional debate a importância da comunicação na luta sindical



Arquivo CONTEE

Dirigente da CONTEE e de entidades filiadas participam de encontro sobre comunicação

O Seminário Latino Americano FLATEC – IPLAC (Federação Latino Americana de Trabalhadores de Educação e Cultura - Instituto Pedagógico Latino Americano e do Caribe), que teve como tema: “Os meios de comunicação e os desafios da integração latino americana e caribenha”, foi realizado, nos dias 20 e 21/07, em Caracas, na Venezuela. Durante a atividade, a CONTEE e suas entidades filiadas foram representadas pelos dirigentes: Edson de Paula Lima, José Carlos Padilha Areas, João Batista da Silveira, Cristina de Castro, Décio Braga, Rogerlan Morais, Celina Areas e Marco Eliel.

O Seminário teve o objetivo de sensibilizar os trabalhadores das áreas de educação e cultura acerca da importância da comunicação como direito e a necessidade da criação de novos marcos regulatórios e de políticas públicas o sentido de democratizar a comunicação. A iniciativa está tam-

bém relacionada aos ataques da mídia, que servem aos interesses da manutenção da política neoliberal, frente às possibilidades históricas da América Latina e Caribe de construir de forma livre, com o povo, seu destino, enquanto região livre, justa e soberana.

De acordo com a Secretária Geral da CONTEE, Cristina Castro, “o direito à informação como bandeira de luta e reivindicação, que reforça o sentido libertador dos povos, foi sem dúvida o desafio mais importante apresentado no Seminário”.

TV CONTEE Online no ar

No mês de junho a comunicação da CONTEE inaugurou um novo e desafiador projeto com a estreia do primeiro programa da TV CONTEE online – a TV institucional da entidade na web, que levará aos visitantes conteúdos exclusivos multimídia – entre entrevistas, depoimentos e reportagens, além da cobertura das principais atividades e lutas da Confederação. A programação da TV CONTEE Online será bimestral e estará disponível no Portal da entidade para ser assistido em qualquer momento – utilizando a tecnologia streaming.

A sua participação neste projeto é muito bem-vinda! Para enviar dúvidas e sugestões de pauta, entre em contato através do e-mail: tvcontee@contee.org.br



Na pauta **Positiva**

Veja aqui importantes conquistas do último período que merecem destaque:

Avanço na aplicação do SINAES

Uma ótima notícia ratificou a importância do trabalho e do esforço de avaliação do Ensino Superior no Brasil - dando a todas as etapas do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) a consequência que, anteriormente, não havia.

Neste sentido, a Justiça Federal indeferiu o pedido liminar da Faculdade Estácio de Sá que pedia a exclusão dos resultados do Índice Geral de Cursos (IGC) da instituição, alegando que a publicação do IGC causou prejuízo a sua imagem e questionando a utilização do Índice como critério de qualidade nos processos de regulação.

O pedido foi negado pela juíza federal Maria Maura Martins Moraes Tayer, que declarou ainda que a decisão do Ministério da Educação (MEC) pelo arquivamento dos pedidos de autorização de cursos da Estácio de Sá não significava dano à instituição.

Desde 2008, a partir dos resultados do Índice Geral de Cursos (IGC), a Secretaria de Educação Superior do MEC arquivou 357 pedidos de autorização de novos cursos em instituições de ensino superior que apresentaram resultado igual ou inferior a 3 em uma escala que vai de 1 a 5.

NO AR: a TV dos Trabalhadores

Após 23 anos de luta, está no ar a TVT (TV dos Trabalhadores) – a primeira emissora outorgada a um sindicato de trabalhadores na história do Brasil. Uma vitória sem precedentes para os movimentos sociais brasileiros e para a luta pela democratização da comunicação no País.

A TVT foi requerida pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em parceria com a Fundação Sociedade, Comunicação, Cultura e Trabalho, criada há 10 anos, e pode ser vista pelo canal 46 UHF-Mogi das Cruzes, além de canais comunitários em 26 praças de todo o Estado de São Paulo. No ABC é a Eco TV, canal 9 digital e 96 analógico.

No início, a TVT terá uma hora e meia diárias de produção própria, com um telejornal e dois programas de debates. Para o restante da grade de programação, foram firmadas parcerias com a TV Brasil e as TVs Câmara e Senado para retransmissão de reportagens especiais e documentários. Confira!

Desafios para a *noSSa Luta*

Os desafios do setor educacional são grandes e variados. Entre eles, destacamos um aspecto negativo, em especial, que exigirá atenção redobrada:

Mercantilização: Grupo britânico compra SEB por R\$ 613,3 milhões

Os processos de mercantilização e desnacionalização da educação brasileira avançam no Brasil. Em 22 de julho de 2010, foi anunciada mais uma negociação que evidencia a entrada de capital internacional especulativo no setor de ensino do País, com o anúncio da venda do Sistema Educacional Brasileiro (SEB) para o Grupo Pearson – que controla o jornal britânico Financial Times. O preço total da negociação será de R\$ 613,278 milhões.

De acordo com o contrato firmado, será realizada uma reorganização societária, por meio da qual a SEB será cindida parcialmente e em seguida terá seu controle indireto vendido à Pearson. Com a operação, será criada a Nova SEB, que permanecerá com os antigos controladores. A parte que ficará com a Pearson e deixará de se chamar SEB inclui os sistemas de ensino COC, Pueri Domus, Dom Bosco e Name, Gráfica GEB, Logística e Distribuição e Klick Net. O Pearson estava também na briga pela compra do Anglo, grupo brasileiro especializado em cursos preparatórios para o vestibular, adquirido este mês pela Abril.

A CONTEE segue na luta pela limitação da entrada de capital estrangeiro no setor, a fim de preservar os interesses nacionais de desenvolvimento e a soberania do País.

Com informações da Agência Estado



O fortalecimento da *Luta pós-CONFECOM*

O Brasil ainda tem muito a avançar para que alcancemos conquistas concretas no sentido de democratizar a comunicação no País, mas sem dúvida o período pós-Conferência Nacional de Comunicação já proporcionou um significativo fortalecimento das iniciativas e movimentos de mídia alternativa no Brasil. Uma vitória a ser comemorada!

O questionamento sobre o legado deixado pela 1ª Conferência Nacional de Comunicação, realizada em dezembro de 2009, foi e ainda é grande. Afinal, até agora, poucas ações concretas foram encaminhadas a partir das resoluções aprovadas na atividade. Mas uma coisa não se pode negar: o fortalecimento do movimento de mídia alternativa e de democratização da comunicação é evidente. E isso, por si só, já é motivo de grande satisfação.

Tal constatação resolve nossos problemas? Democratiza o setor? Garante a transparência mínima da imprensa em um país republicado? A resposta é: não. Mas, ainda assim, é um avanço significativo e inédito.

É possível que “nunca antes na história desse país” tenhamos tratado com tamanha intensidade e propriedade o tema e, por isso, a pressão sobre o Governo Federal e o Parlamento é grande.

Talvez diante disso, em julho foi anunciada a criação de uma comissão interministerial, com o objetivo de elaborar

estudos e apresentar propostas de revisão do marco regulatório da organização e exploração dos serviços de telecomunicações e de radiodifusão no Brasil.

A comissão será integrada por representantes da Casa Civil (a quem cabe a coordenação), os ministérios das Comunicações e da Fazenda, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência e a Advocacia-Geral da União. A Casa Civil poderá convidar representantes de órgãos e entidades da administração federal, estadual e municipal, além de entidades privadas.

O relatório final da comissão será apresentado ao Presidente Lula junto às propostas para revisão do marco regulatório dos serviços de telecomunicações e de radiodifusão. Segundo o ministro Franklin Martins (Secretaria de Comunicação Social), “a ideia é deixar para o próximo governo propostas que permitam avançar numa área crucial e enfrentar os desafios e oportunidades abertos pela era digital na comunicação e pela convergência de mídias”.

Entretanto, para as

lideranças dos movimentos de democratização da mídia, as resoluções da CONFECOM precisam ser encaminhadas independentemente de este ser um ano de eleições para o Congresso e os poderes Executivos estaduais e federal. Segundo Celso Schröder, da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), “a agenda da democratização da comunicação não pode ser anulada pela agenda eleitoral brasileira”. Ele acredita que há espaços e necessidades para que algumas decisões da CONFECOM já sejam encaminhadas. “Não podemos permitir que se esfrie o enorme apoio popular que a CONFECOM ganhou no País. Nem podemos perder este momento histórico, porque há mudanças a serem feitas que são amplamente amparadas, validadas pela Conferência”, acredita.

A necessidade de revisão nos processos de outorga e renovação de concessões é inegável. Nesse sentido, no discurso que fez na abertura da CONFECOM, em Brasília/DF, o Presidente Lula destacou que o principal documento da legislação brasileira do setor é o Código Brasileiro de Telecomunicações, editado em 1962 para disciplinar a radiodifusão. Com as mudanças tecnológicas ocorridas de lá para cá, é preciso agora rever os marcos legais da atividade.

“Com a digitalização e a internet, as fronteiras entre os diferentes meios estão sendo dissolvidas. Hoje, texto, áudio e imagem não só são tratados com a mesma tecnologia digital como podem ser disseminados pelas mesmas plataformas”, disse o presidente, na ocasião. “Um número crescente de leitores informa-se através da internet. Cada vez mais, as notícias estão disponíveis em tempo real – tanto em computadores pessoais como em aparelhos celulares ou em outros equipamentos portáteis”, destacou Lula.

Cristina Charão, integrante do Coletivo Intervezes, defende que o processo de discussão da proposta de um novo marco regulatório seja mais participativo do que o anterior: “A discussão entre os ministérios deve ser enriquecida pela participação das organizações e movimentos sociais, que também devem cumprir o papel de zelar para que o rico processo da Conferência Nacional de Comunicação não se perca de vista”.

Para as lideranças dos movimentos de democratização da mídia, as resoluções da CONFECOM precisam ser encaminhadas independentemente de este ser um ano de eleições.



Debates sobre “A cobertura jornalística da sucessão presidencial” marcou o lançamento do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé

Centro de Estudos Barão de Itararé: uma entidade combativa

Após a realização da primeira Conferência Nacional de Comunicação, que aconteceu em dezembro de 2009, o movimento que luta pela democratização da mídia se fortaleceu ainda mais. Prova disso foi o lançamento, no dia 14 de maio, do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, uma iniciativa que reúne diversos atores envolvidos nas discussões sobre o papel da mídia no Brasil e suas influências na sociedade.

Na ocasião, mais de 300 pessoas lotaram o auditório do Sindicato dos Engenheiros de São Paulo para acompanhar o debate como o tema: “A cobertura jornalística da sucessão presidencial”, que marcou o lançamento do Centro de Estudos e contou com a participação dos jornalistas: Altamiro Borges, do Portal Vermelho; Leandro Fortes da Revista CartaCapital; Maria Inês Nassif, do Jornal Valor Econômico; e Paulo Henrique Amorim, da TV Record e do Blog Conserva Afiada.

“A entidade surge a partir de uma demanda real, que é a luta pela democratização dos meios de comunicação no Brasil. Tem a ver com este momento em que a grande mídia vai assumindo um papel cada vez mais partidário, mais ideologizado, gol-

pista. Como contraponto, cresce o movimento para estimular a diversidade e a pluralidade informativa no Brasil”, afirmou Altamiro Borges, idealizador e presidente do Centro de Estudos.

Outro objetivo do Barão de Itararé é contribuir para a formação de agentes da mídia alternativa — comunicadores qualificados a serviço de uma mídia democrática e progressista. “Muitos universitários estão se formando para virar William Bonner e Fátima Bernardes. Precisamos fazer um debate de ideias com essa galera dentro das universidades, valorizar o que é ético na profissão, mostrar como o jornalismo tem a contribuir para a emancipação humana”, concluiu Miro.

O Centro de Estudos recebeu o nome de Barão de Itararé em homenagem ao pseudônimo do jornalista gaúcho Apparício Fernando de Brinkerhoff Torelly — um incansável lutador da imprensa progressista e pela ética jornalística. ●



Comercializar estudantes é crime

contee

Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino
www.contee.org.br



Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino
www.contee.org.br